

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL**  
**DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE**  
**2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

ATA N° 034

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei n° 332/04, do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2005.

Convido para compor a Mesa os Exm°s Srs. Deputados Estaduais Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Zeca D'Ávila, Relator do Orçamento na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, o Exm° Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, Joaquim Sucena, o Exm° Sr. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Jesus de Magalhães, que está dando entrevista e daqui a pouco instantes estará aqui, o Exm° Sr. Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, Alexandre Furlan, a Exmª Srª Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, Flávia Maria de Barros Nogueira.

Composta a Mesa, convido todos para cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.  
(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Gostaria de justificar que esta audiência pública está sendo realizada na Associação Mato-grossense dos Municípios, primeiro, em função do espaço, e também em homenagem aos Prefeitos que têm nos cobrado sempre o que tem no orçamento e o que deixa de ter.

Eu dizia há poucos instantes que, infelizmente, a participação dos prefeitos, dos vereadores e de algumas entidades não aconteceu, conforme o previsto, mas a Assembléia Legislativa tem por obrigação cumprir o seu papel de fazer audiência pública. Eu sei que existe uma grande desilusão com as audiências públicas. A Assembléia Legislativa está tentando inclusive...

Acaba de chegar o Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Prefeito Ezequiel Ângelo da Fonseca, gostaríamos de convidá-lo para compor a Mesa.

Gostaria de esclarecer que nós estamos travando um debate, neste momento, na Assembléia, para estudar uma melhor forma, um modelo diferente para as audiências públicas. O Deputado Humberto Bosaipo, que está coordenando a reforma do Regimento, está nos informando que o Regimento vai alterar esse modelo de audiência pública praticado atualmente, porque muita gente reclama que, de repente vai à audiência pública, os discursos são muitos e a possibilidade de debate é pouca. E, alguns especialistas, que poderiam estar aqui expondo e discutindo o assunto não têm oportunidade de se pronunciar.

Então, eu gostaria, primeiro de agradecer aqueles que compareceram, que se mostraram interessados e, segundo, assumir o compromisso da Assembléia Legislativa de estar alterando... A Srª Ester e o Sr. Maurício são defensores dessa tese também, e já sugeri que se

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

sentassem com o Presidente da Comissão de Reforma do Regimento, Deputado Humberto Bosaipo, para apresentar algumas sugestões nesse sentido. Até a prestação de contas quadrimestral, feita pelo Secretário de Estado de Fazenda, está passando por um debate na Casa e também deve ser alterada. Eu acho que as coisas, à medida que vamos percebendo e tendo alguma influência, alguma sugestão, vamos alterando. E essa questão da audiência pública é uma que já passou da hora de mudarmos o modelo que aqui está.

Gostaria de registrar e agradecer a presença do 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado J. Barreto; do Exmº Sr. Deputado Estadual Humberto Bosaipo; do Exmº Sr. Deputado Estadual Carlos Brito; do Exmº Sr. Deputado Estadual Pedro Satélite; do Exmº Sr. Deputado Estadual Zé Carlos do Pátio; da Exmª Srª Deputada Estadual Verinha Araújo; do Sr. Edmilson dos Santos, Secretário Adjunto de Política Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda; do Sr. Osceário Daltro, Secretário Adjunto de Gestão da Secretaria de Estado de Planejamento; da Srª Isabel Consuelo Martinez, neste ato representando o Secretário de Estado de Cultura, João Carlos Vicente Ferreira que, inclusive, esteve na Assembléia ontem, justificando a sua ausência; do Sr. Laércio Arruda, neste ato representando o Secretário de Estado de Esporte e Lazer, Baiano Filho; do Sr. Amir Bem Klauss, neste ato representando o Presidente da FIEMT, Nereu Pasinni; da Srª Antônia Luiza, da Secretaria de Infra-Estrutura; do Sr. Gilson Oliveira dos Santos, Secretário Adjunto dos Transportes; do Sr. Luciano, Superintendente de Planejamento da SETEC; do Sr. Edson Luis Maia, Superintendente de Habitação; do Sr. Luiz Marques de Lima, Superintendente Adjunto de Gestão e Contabilidade da Secretaria de Estado de Fazenda; do Sr. Marcos Francisco Borges, neste ato representando Reitor da UNEMAT, Taicir, que também nos ligou informando da impossibilidade de estar aqui; do Vereador Joaquim Onofre, de Jauru, e agradeço a comitiva de Jauru, comandada pelo nosso Prefeito Pedro Ferreira de Souza.

Também agradecemos a presença dos funcionários da SEPLAN, dos funcionários da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, dos funcionários da Secretaria de Infra-Estrutura, dos funcionários da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, dos funcionários da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e de todos que participam desta audiência pública.

Nós, no primeiro momento, vamos convidar para fazer uma explanação sobre o Orçamento, o Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, o Sr. Yênes Jesus de Magalhães. Inclusive vamos desfazer a mesa, para facilitar a participação de todos.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Bom-dia a todos e a todas aqui presentes!

Quero cumprimentar os Srs. Deputados. São muitos aqui. Não vai dar para falar nome de um por um, mas cumprimento-os em nome do nosso Presidente, Deputado Riva. Cumprimento os Secretários presentes, em nome do nosso Secretário-Chefe da Casa Civil, Joaquim Sucena; técnicos do Estado; Secretaria de Planejamento; Secretaria de Fazenda; Secretaria de Indústria e Comércio; pessoal da FAPEMAT; são muitas secretarias presentes, Esporte e Lazer, Infra-Estrutura, Cultura, técnicos de quase todas as secretarias estão aqui presentes.

Quero cumprimentar os novos prefeitos eleitos, em nome do nosso Prefeito de Jauru, Pedro, que assume dia 1º.

Cumprimento todos os prefeitos, os atuais e os eleitos, em nome do nosso particular amigo Prefeito Ezequiel, Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios.

Sr. Presidente, Deputado Riva, quando eu cheguei aqui, automaticamente, a imprensa queria saber de algumas coisas. E eu queria começar por uma discussão que tivemos com a Assembléia Legislativa para que pudéssemos tornar público isso. Eu acho que é uma das coisas mais importantes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Vossa Excelência colocou que a Assembléia Legislativa está discutindo um novo formato de Audiência Pública. Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que sentimos a necessidade – e isso foi muito forte este ano – dos Deputados participarem com o Executivo da elaboração do Orçamento. Não depois de já estar elaborado, pois fica difícil para remanejar. Porque para remanejar é preciso tirar de algum setor e, então, terá problema com aquela categoria, com aquele segmento. O ideal é que participe desde o processo de elaboração.

Então, eu quero agradecer, em seu nome, agradecer a todos os Deputados, porque saiu publicado, agora, o Projeto de Lei, de sua autoria, que passou o prazo da entrega da LDO de 15 de abril para 30 de maio do ano que vem. Isso é muito importante para nós, porque, à própria Secretaria de Fazenda, que aqui está representada pelo Secretário Adjunto, Sr. Edmilson, para encaminhar no dia 15 de abril, trabalhava, praticamente, com uma projeção de orçamento de janeiro e fevereiro. E agora nós teremos condições de trabalhar mais atualizados, porque em janeiro e fevereiro a arrecadação cai muito. Então, nós teremos a possibilidade de trazer à Assembléia Legislativa, cada vez mais números mais próximos da realidade.

Eu quero agradecer a todos os Deputados e a Deputada pela aprovação dessa Lei. Ela ajudará, sobremaneira, o Poder Executivo. E dizer que nós, também, estamos buscando instrumentos para estarmos atualizando e aprimorando esse processo de elaboração.

Nós começamos com esse quadro: A Premissa da elaboração da LOA de 2005 – Melhoria da Qualidade do Instrumento.

Essa é uma coisa que nós estamos buscando a fim com os técnicos do Estado para que possamos melhorar o processo para apreciação de Vossas Excelências e de toda sociedade.

A integração do planejamento e orçamento. Esse foi um ponto extremamente positivo este ano. Fazer como o Governador Blairo Maggi tem colocado: No ano passado nós conseguimos fazer a junção do financeiro com o orçamentário. E as pessoas falam assim: “Puxa, mas isso não era?” Não era. Ele não casava. Tinha um descompasso. Então, nós conseguimos no orçamento de 2004 juntar o orçamento ao financeiro. E este ano nós já avançamos mais para a integração do planejamento com o orçamento e, automaticamente, o financeiro.

Eu quero aproveitar a oportunidade, talvez fugindo um pouco, mas é muito importante que os Srs. Deputados e Srs. Prefeitos, aqui presentes, saibam que nós, no ano passado, Presidente Riva, ganhamos do Governo Federal o sistema de gerenciamento de planejamento, o sistema que iria custar para o Estado de Mato Grosso quinhentos mil reais, para nós foi de graça.

E aí, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar os técnicos da Secretaria de Planejamento, juntamente com os técnicos da Secretaria de Fazenda, porque nós conseguimos um avanço tamanho, porque o Governo Federal usava esse sistema de gerenciamento de planejamento apenas para elaboração do Plano Plurianual do Governo Federal. E os técnicos do Estado conseguiram desenvolver possibilidades de utilizarmos o SIGPLAN, que é o Sistema de Gerenciamento e Planejamento, no orçamento.

O orçamento de 2005 já foi o plano de trabalho anual 2005 com o financeiro, quer dizer, orçamentado, já é o orçamento. E isso vai ajudar, sobremaneira, porque, a partir do ano que vem, o Estado de Mato Grosso passa a ter um instrumento extremamente forte, porque qualquer alteração que precisar ocorrer no orçamento, qualquer remanejamento, há necessidade de alterar não só meta financeira, mas alterar principalmente a meta física.

O Estado, a partir de 2005, começará a fazer o acompanhamento que para mim é um dos fatores mais importantes do planejamento, o acompanhamento e avaliação, não só da meta financeira, mas da meta física, se não vai alcançar, se vai, se está remanejando recurso, se tem que alterar a meta física que estava estabelecida.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Então, nós fomos convidados pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, fomos convidados pelo Governo Federal, pelo Ministério de Planejamento, e, no mês de janeiro, deverá estar ocorrendo um seminário nacional, onde os técnicos da Secretaria de Planejamento estarão apresentando para todo Brasil o que se conseguiu aqui em Mato Grosso.

Há dois meses atrás, a Superintendente nossa, a Dr<sup>a</sup> Regiane, que está aqui presente, esteve numa reunião do CONFAZ, reunião de Secretários de Fazenda de todo Brasil, e apresentou esse processo. E o CONFAZ pediu autorização para que disponibilizasse isso para todos os Estados brasileiros. Então, é um ponto extremamente positivo para Mato Grosso, porque nós tivemos a revista *Veja* trazendo comparativos, mas comparativos naquilo que interessou ao Estado de Minas Gerais.

Então, Mato Grosso também tem avanço! É o único Estado, hoje, que tem um sistema de planejamento que vai facilitar, no ano que vem, fazermos acompanhamento e avaliação. Mato Grosso, hoje, é o único Estado que tem o sistema de gerenciamento de convênios, que os técnicos receberam treinamentos, mais de 100 técnicos, durante dois treinamentos, e estarão, a partir do ano que vem, fazendo o acompanhamento de todos os convênios do Estado de Mato Grosso, quer sejam eles do Governo do Estado, dos governos municipais, dos senhores prefeitos, das entidades nas autarquias, todos os convênios do Estado de Mato Grosso.

E o mais importante, tanto do SIGPLAN quanto o SIGCON, que é o Sistema de Gerenciamento de Convênio, estarão na *internet*. Todo cidadão mato-grossense poderá acessar e saber onde está cada centavo, cada recurso aplicado, tanto no orçamento do Estado quanto nos convênios e como está essa aplicação.

Perdoem-me por fugir um pouco, mas era importante que os senhores tomassem conhecimento do que estamos fazendo no Estado de Mato Grosso.

A ampla capacitação dos atores, através de cursos, manual, assessoria – fizemos muito isso este ano. Nós temos que cada vez investir mais no servidor, para que possamos estar aprimorando mais esse processo.

Espaço de integração técnico-político. Nós promovemos uma série de comissões para buscar fazer a intersetorialidade, fazer com que discutamos.

Este ano já houve um avanço, principalmente na área social. Às Secretarias que têm função social, o orçamento foi elaborado em conjunto. Então, não teve mais aquilo: “Eu faço o meu e você faz o seu”. É um processo inicial. Temos muito a avançar, mas pelo menos começamos esse processo.

Maior tempo para a elaboração e análise da proposta orçamentária, principalmente com a alteração que os senhores nos proporcionaram para que possamos trazer um número cada vez mais próximo da realidade.

Apresentação do livro orçamentário por áreas de políticas públicas. Isso nós consideramos um fator muito importante.

Alguns técnicos acham que dificultou um pouco, mas nós temos que pensar não só nos técnicos, tanto do Estado como da Assembléia, que assessoram os Srs. Deputados, mas também pensar na população.

Hoje você pega um livro da área social, da política social, ou livro de investimentos em meio ambiente e o outro da área instrumental, que é a área meio do Estado e os Poderes. Quer dizer, há uma facilidade e nós esperamos aprimorar também esse processo.

O número encaminhado para a Assembléia Legislativa, automaticamente o total, é R\$5.184.000.000,00. Disso, Receita do Tesouro, R\$4.897.000.000,00 e Receita de outras Fontes

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

R\$286.000.000,00. Nós vamos estar apresentando esses dois, Receita do Tesouro e Receita de Outras Fontes nos próximos quadros.

Receita do Tesouro – temos como ela é composta, receita corrente, tributária, contribuições, perfazendo o total de R\$5.091.000.000,00 e as receitas de capital com um total de 474 milhões. Então, temos o total de 5 bilhões e 184 milhões.

Aqui já temos... Você já tinha mudado. Coloca para mim, Marcelo, aquelas são Outras Fontes, que eu já tinha mudado, que são 278 milhões e a composição dela, como que ela se compõe no Estado, as arrecadações de receitas decorrentes e de receita de Capital, dando um total de 286 milhões, que representam 5,52 do total do orçamento.

Aqui temos uma distribuição da receita quando a pegamos no total e que vamos retirando para chegar do que é disponível do Tesouro para aplicação do Estado.

Temos recurso de Outras Fontes, que é a arrecadação das indiretas; Receita do Tesouro, tirando de Outras Fontes, temos 4 bilhões e 897 milhões. Temos a primeira parte, Transferências dos Municípios, 908 milhões. Ficamos com um total de 3.989. Nisso temos as Constituições Constitucionais que dá 1 bilhão e 304, sendo Educação, 667 milhões; Ensino Superior, 69 milhões; FAPEMAT e o FEEP, 26 milhões; e Saúde, 541 milhões. Essas são as constitucionais. Depois vamos para as vinculações que são as Transferências Legais a Fundos, que dá um total de 395 milhões, sendo 302 milhões para o FETHAB. Temos o Fundo de Gestão Fazendária, 35 milhões; o FUNAJURIS, 34 milhões; o FUNDEIC, 12 milhões; o FESP, 2 milhões e 640; o FUPIS, que é agora o Fundo de Investimento Social, que dá um total 3 milhões e 627; e Outros Fundos, que temos FUNCAFÉ, são vários fundos mais pequenos, que perfazem um total de 4 milhões e 579. Então, temos as Outras Transferências e Vinculações num total de 201 milhões, que são de convênios inativos e pensionistas. Isso aqui ainda é parte antes da divisão de Mato Grosso, que o Estado ainda... 16 milhões, inativos e pensionistas; e do Estado 61 milhões.

E temos aqui, são as demais Transferências que são a CIDE, do Petróleo, são várias outras que perfazem um total de 48 milhões. Então, ficamos com uma Receita disponível do Tesouro de 2 bilhões, 87 milhões.

Então, desse total de 2 bilhões e 87 milhões, a primeira são os 22% da dívida, 570 milhões. Aí, nós temos o repasse de todos os Poderes: Assembléia, Tribunal de Contas, Ministério Público e Tribunal de Justiça, 558 milhões. A prioridade, sem dúvida alguma, para o Estado não é condicional, é o Pessoal: 687 milhões. Aí, nós temos para custeio da máquina, 92 milhões; e investimento, 11 milhões. Mas, esse investimento é investimento a mais, porque na verdade nós temos investimento que é o FETHAB. Nós temos investimento na Saúde, na Educação. Em todas as Secretarias nós temos investimento. Esse aqui é um investimento que é característico, que é uma metodologia para a elaboração que precisa ser feita. Em Inversões Financeiras, 507 mil, Encargos Gerais do Estado, 88 milhões. Aqui, Encargos Gerais do Estado é para a Secretaria de Fazenda, Administração e Planejamento, que são os sistemas corporativos: o SIAFI, o SIDOR e o RH. E Reserva de Contingência, nós colocamos um total de 78 milhões.

Aqui, nós estamos apresentando apenas para duas Secretarias, como é que compõe a Receita daquela Secretaria. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, um total de 521 milhões, vem da Fonte 100, do Tesouro, 365 milhões. Aí, nós temos Recurso de Taxa de Segurança Pública ao FESP, 2 milhões. Recurso para Apoio e Desenvolvimento de Atividades Ambulatoriais, recurso diretamente arrecadado por órgão da Administração Direta, como é o caso de multas, de taxas. São as multas em rodovia. Aqui já são as lá do DETRAN.

Os convênios firmados com a Secretaria tem um total de 34 milhões, que seriam a contrapartida para convênios com o Governo federal, 521 milhões, no total. Na Secretaria de Infra-

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

Estrutura tem um total de 379 milhões, sendo reassignado ao Tesouro, 37 milhões. Nós temos recurso destinado ao desenvolvimento rodoviário da CIDE, 34 milhões para o ano que vem. Temos aqui o FETHAB, 302 milhões. Temos também o total de convênios, na ordem de 2 milhões, perfazendo o total de 379 milhões.

Aqui, apresentamos as vinculações condicionais: Ensino Fundamental - FUNDEF, Ensino Superior - FEPE/FAPEMAT e a Saúde. Aqui nós temos, Ensino Fundamental - FUNDEF, se somarmos o total aqui, 474 milhões, com 361 milhões, nós teríamos um total... Eles colocaram aqui a conta, eu não tinha visto. Nós temos esses 178, repasse os municípios.

Então, o Estado seria o repasse que o Estado faz, ele perde do total que ele repassa para o FUNDEF de 474 milhões, fica para o Estado 295, porque 178 vai para os municípios. Então, temos desse total com 361 do Ensino Fundamental, dá o total da Educação de 656 milhões.

No Ensino Superior nós temos os 69 milhões. Aqui também tem como ele se compõem, por exemplo, 25% de Imposto de Renda, 25% de IPVA, a composição dele para chegar a esse total que concluímos os 25% da Educação, no caso o Ensino Superior, ele estabiliza a partir do ano que vem 4,2%; a FAPEMAT e o FEP, 1%; e a Saúde um total de 12%, que dá 387 milhões...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE DA PLATÉIA SE MANIFESTA.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - É meio a meio, é que a lei foi aprovada, no mínimo, 0,5% para cada um.

Aqui é a distribuição do gasto público por poderes, então: Legislativo, o que ele representa, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, total de 4,21%; o Judiciário, 6,11%; o Ministério Público, 1,63%; e o Executivo, 88,05%.

Aqui nós temos uma distribuição do gasto por órgão do Executivo. Então, nós temos o Executivo, temos os encargos gerais do Estado, a SEDUC, a Secretaria de Saúde, aqui está disponibilizado todos os órgãos do Estado, qual o valor e o percentual que ele representa nessa composição total de 88,05%, porque o restante é vinculado, são as indiretas.

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE DA PLATÉIA SE MANIFESTA.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Isso aqui vem daquele quadro, do quadro anterior. Depois se os Deputados quiserem, nós voltamos nesse quadro.

Aqui nós temos por grupo de despesa, o que é despesa de capital, o total dele e a despesa corrente. Esse quadro para nós é muito importante, porque nós conseguimos mostrar, por exemplo, o investimento que dá a questão da amortização, juro e encargo da dívida, também a questão de pessoal e encargos que representa 1 bilhão, 978 milhões de todo investimento de todo recurso do Estado.

Aqui é a distribuição do gasto por função, esse para mim, é um dos quadros mais importantes porque aqui nós conseguimos separar o Orçamento do Estado na função Judiciária, na função Justiça, na função Legislativa, que é a Assembléia Legislativa. Aí nós temos recursos naturais, meio ambiente, comércio e serviço, ciência e tecnologia, organização agrária, agricultura, indústria.

Nós temos aqui: administração e comunicação, administração geral do Estado, reserva e contingência.

Nesse outro lado, nós temos funções sociais, que dá um total de dois milhões, duzentos e quatro. Aí vem a previdência social, assistência, saúde, segurança, educação, trabalho, cultura, esporte e lazer, direito à cidadania.

Essa parte de funções da produção, nós temos aqui, que separamos, a infraestrutura, que é: habitação, transporte, saneamento e urbanismo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

E, finalizando, os encargos especiais, que são: amortizações e encargos da dívida, transferências aos municípios, encargos sociais, sentenças judiciais e outros pequenos. Perfazendo um total de cinco bilhões, cento e oitenta e quatro milhões.

Na verdade, era o que tínhamos preparado para trazer e colocar à disposição dos Srs. Deputados e de todos aqui presentes para que possamos construir juntos. Vale ressaltar que o projeto de lei, que está na Assembléia Legislativa, é uma proposta do Executivo, que tem que ser discutido com os Srs. Deputados, representantes maiores do povo para que possamos, cada vez mais, avançar e estar antenado, cada vez mais próximo dos anseios da população.

Concluindo, Srs. Deputados, Sr<sup>a</sup> Deputada, presentes, eu quero também dizer que nós buscamos, envidamos, todos os esforços junto ao Executivo para dois encaminhamentos. Primeiro, as emendas que foram perdidas no ano passado, por conta da mudança de municipalização para regionalização, foram trabalhadas, nós as colocamos no PPA. Muitas das emendas apresentadas, mesmo as que não foram aprovadas, foram colocadas no Orçamento. E, também, estamos trabalhando em um processo para, realmente, no ano que vem, podermos apresentar, o Executivo Estadual poder apresentar aos senhores, o Orçamento totalmente regionalizado.

Houve um avanço este ano, mas, ainda, muito pequeno, isso devido à necessidade de uma internalização maior. O planejamento vem de um processo de desgaste em todo o Brasil, de descrédito. Então, é um processo que nós estamos resgatando, o técnico, todos os componentes da máquina pública, para que, realmente, vejam que há necessidade, principalmente, no momento em que falamos que está avizinhando uma instabilidade devido à questão da soja, da supersafra nos Estados Unidos, de planejarmos cada vez mais. Então, eu sempre digo que qualquer coisa que nós fazemos e que tem que alterar hoje é porque fizemos malfeito, nós erramos. Então, há necessidade de estarmos, realmente, investindo num planejamento.

Hoje, eu deveria estar, agora pela manhã, reunido com o Ministério da Integração, em Campo Grande, onde o Governo Federal estará, após ter ouvido os Estados, há um mês atrás - onde apresentei a proposta de regionalização de Mato Grosso e o planejamento do Estado de Mato Grosso, eles ouviram todos os Estados - apresentando, em Mato Grosso do Sul, a proposta de desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Eu estou indo hoje para Campo Grande, porque, amanhã, nós teremos uma outra reunião com o Ministério da Integração, onde estarão apresentando uma Consultoria que foi contratada, a MARCOPLAN, para desenvolver um planejamento estratégico para a Região Centro-Oeste, e isso será feito de comum acordo com os Estados.

Então, são dois fatores extremamente importantes que poderemos ter uma visão de futuro um pouco mais segura para 2020, 2025, que o Governo Federal irá fazer isso junto com os Governos dos Estados. Isso vai nos auxiliar também, de um lado, nessa projeção e, de outro lado, para que possamos trabalhar a regionalização não só dentro do Estado, mas com os Estados vizinhos que fazem parte, que nós precisamos.

Nós estamos numa situação em que temos que discutir dentro da Região Centro-Oeste, mas que também somos chamados a discutir junto a Região Norte por causa de estarmos na Amazônia Legal.

Então, eu agradeço esta oportunidade e me coloco, Deputado Riva, à disposição de todos os senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Gostaria de abrir para participação das Comissões de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e de Constituição e Justiça. Se não me engano, representa a Comissão de Constituição e Justiça o Deputado Zeca D'Ávila...

Então, eu abro a participação ao Deputado Carlão Nascimento para falar sobre a análise feita no Orçamento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Eu indago do Deputado Carlão se ele vai apresentar alguma transparência.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Então, gostaria de recompor a Mesa e convidar o Presidente da AMM e demais membros para retornarem aos seus lugares.  
(NESTE MOMENTO, É RECOMPOSTA A MESA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria só de falar um pouquinho sobre a Emenda Constitucional que nós apresentamos e que foi aprovada, que o Secretário Yênes falou, a respeito da alteração de prazo de apresentação da LDO e do PPA.

Havia uma discussão muito grande na Assembléia, porque a LDO chegava à Casa até o dia 15 de abril e o PPA em data posterior. O PPA, que é uma peça de planejamento público de investimentos, prevista para os quatro anos subseqüentes, e acaba sendo extraída a primeira parte da LDO. Nós apresentamos uma proposta para que tramitassem paralelamente, sendo apresentado primeiro o PPA e, em seguida, a LDO, para que pudéssemos estabelecer uma discussão das duas peças, de forma que se comunicassem.

A grande verdade, Secretário Yênes Magalhães, e aqui já quero deixar uma indagação, é que a maior preocupação que eu vi nessa peça orçamentária, Srs. Deputados, foi a falta de comunicação entre PPA, LDO e Orçamento, que são os três componentes do planejamento público.

Aí nós podemos constatar, por exemplo, que as metas estabelecidas na LDO não foram as mesmas estabelecidas na LOA. Essa é uma preocupação. Então, eu acho que com essa nova dinâmica de apresentação das propostas nós poderemos corrigir essas distorções, principalmente tramitando paralelamente o PPA e a LDO.

Quero registrar e agradecer a presença do Deputado Ságuas; do Secretário Adjunto de Indústria e Comércio, Carlos Bona; do Prefeito eleito de Castanheira, Genes Oliveira Rios; do Presidente do SINTEP, Júlio César Viana; e do Deputado Eliene, que acaba de chegar.

Quando falamos da participação dos prefeitos é porque existe muita indagação dos prefeitos do que realmente tem no Orçamento para o próximo ano. Existe um questionamento muito grande, porque nós aprovamos, a Assembléia, na LDO, a regionalização do Orçamento e foi vetado.

Também, Secretário Yênes Magalhães, uma outra indagação que eu gostaria de deixar é que algumas áreas fossem dadas no município, como, por exemplo, a saúde, estipulando já os investimentos nos municípios, uma vez que os Deputados, ao apresentar emenda para investimento regional ou municipal, são vetados, exatamente por contrariarem a LDO.

Então, essa é também uma preocupação que temos, porque, se não me engano, esse é o terceiro ou quarto ano consecutivo que nós aprovamos uma emenda no sentido de regionalizar os investimento, e vou até mais longe, até de municipalizar, trazer ao âmbito do município.

Apenas a Secretaria de Saúde, parece-me, que prevê investimentos por município. Então, gostaria de abrir a participação, inicialmente, do Deputado Carlão Nascimento, que é Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Deputado Riva, Sr<sup>a</sup> e Srs. Deputados, Secretário Yênes Magalhães, em seu nome cumprimento os demais Secretários aqui presentes, Srs. Prefeitos, cumprimentar em nome do Presidente da AMM, Prefeito Ezequiel, senhoras e senhores:

O Deputado Riva já começou a falar sobre algumas coisas que já levantamos na questão do orçamento deste ano. É preciso esclarecer de que esta discussão que fazemos, a Audiência Pública, é exatamente, primeiro, para mostrar a transparência do Governo. Mostrar o que

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

o Governo está arrecadando e mostrar também à população onde o Governo está gastando os recursos arrecadados da população mato-grossense. E isso temos um dispositivo legal que nos garante esta Audiência Pública, que é exatamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, construída no ex-Governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, Sr. Presidente, diante dessa lei também trabalhamos com mais duas outras leis importantes, que é o PPA, que tivemos a oportunidade de apreciar o PPA encaminhando no início do Governo. Esse PPA já foi revisado. E também a LDO que, a cada ano, aprovamos na Assembléia Legislativa e que, às vezes, não bate nada da LDO com o orçamento. Aconteceu isso no orçamento passado, as metas e as prioridades previstas na LDO, no ano passado, não batiam com a LOA e agora acontece ainda a mesma coisa.

Temos um orçamento na Assembléia Legislativa que em relação ao orçamento do ano passado está crescendo uma média de 20%. Temos também um orçamento lá na Assembléia Legislativa, onde vemos que os investimentos em relação ao ano passado também estão crescendo. Mas existe algo aqui que me chama muito a atenção.

Em julho, o Governo prevê uma receita de 5,1 milhões de receita para o Estado, na LDO de 2005. Quando da apresentação da proposta orçamentária, essa Receita caiu em dezesseis milhões, mas a Despesa do Estado caiu em cento e doze milhões. Com isso, vai alterar o resultado primário, que é aquela economia que o Governo faz para o pagamento de dívida.

E aqui nós temos, também, que a dívida em julho foi estimada em seiscentos e noventa e quatro milhões e, quando da apresentação da proposta orçamentária, essa dívida aparece como quinhentos e setenta e três milhões. Também houve aqui...

O que gostaríamos de saber, nesse caso, Sr. Secretário, é exatamente isso: é uma proposta do Governo? Há uma intenção clara do Governo em diminuir dívida, aumentar Receita, diminuir Despesa para o pagamento de dívida ou para fazer os investimentos no Estado? Se for isso, nós ficamos satisfeitos, embora não bata com a LDO. A LDO é lei. Então, aquilo que foi aprovado em julho, para ser mudado agora em dezembro tem que ter uma lei, uma nova lei aprovada pela Assembléia Legislativa.

Então, a LDO previa uma Receita, uma Despesa, pagamento de dívida e tudo isso está alterado, sem que haja a manifestação da Assembléia Legislativa.

Com relação às prioridades do Estado, vou dar apenas um exemplo, o Deputado Riva já colocou, também, de que a meta estabelecida na LDO não bate com a meta estabelecida no Orçamento. Então, precisa rever isso também.

Aqui o Secretário Yênes já falou, é muito importante que esse detalhamento do Orçamento viesse em nível ou de região ou de município. O Poder Executivo não divulgou na Internet, conforme determina o § 1º do Art. 16 da LDO de 2005: “I - As estimativas das Receitas; II - a proposta da Lei Orçamentária em versão simplificada; III – a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;” Existe apenas o trecho da lei, não consta os anexos; Execução Orçamentária com detalhamento das ações de forma regionalizada, com função, sub-função e programa, mensalmente, de forma acumulada. Senão, não dá para o cidadão acompanhar o que é que o Governo prevê no ano, o que ele está realmente realizando. Então, isso tem que estar disponibilizado na *internet* e não está.

Segundo: queremos que sejam esclarecidas as divergências entre demonstrativo da compatibilidade de programação do Orçamento com as metas fiscais da LDO 2005, que está na página 123, houve alterações na receita constante das metas fiscais para o ano de 2005, com reflexo no resultado primário nominal, bem como no montante da dívida, aquele que eu acabei de falar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Então, nós queremos saber o que está acontecendo, porque isso contraria também a LDO que está prevista no art. 17.

Com relação à qualidade de vida que eu falei, vou fazer a pergunta de forma: o montante da dívida, que era de seiscentos e noventa e quatro milhões na LDO, foi reduzida para quinhentos e setenta e três milhões na LOA e nós perguntamos: houve erro de cálculo na dívida, ou trata-se de uma política de Governo de reduzir a dívida para aumentar os investimentos no Estado?

Outro questionamento: alguns projetos estão detalhados em nível de região, para outros detalhamentos é estado, não se sabe nem qual região será contemplada. Entretanto, o demonstrativo de obras públicas, está na página 124, detalha alguns projetos em nível de município, principalmente naquilo que o Deputado Riva colocou, na saúde, e eu acrescentaria a educação, até mesmo a Secretaria de Fazenda. Perguntamos: quais municípios, regiões serão contemplados com as metas, por exemplo, de pavimentar mil e um quilômetros em 2005? Não se sabe onde vai se aplicar esse dinheiro, portanto, dificulta a fiscalização e o acompanhamento da sociedade.

Outro questionamento: no projeto de lei, o Poder Executivo deixou de anexar alguns demonstrativos para a Lei nº 4.320/64 e também na LDO 2005, entretanto, foi anexado um demonstrativo de obras públicas. Esse demonstrativo está solto, não é uma exigência legal, porém alguns casos as metas nele constante não estão em desacordo com as metas de prioridades da LDO, por exemplo: nós temos dois programas que, ao meu ver, são duas áreas do Governo que estão funcionando bem. Uma área trata do Programa Estradeiro e a outra trata do Programa Meu Lar.

Aqui, nas prioridades, me chamaram atenção alguns itens. Por exemplo, implantação de rodovias. Rodovias implantadas - setenta... Outro item: restauração de rodovias pavimentadas. Também, o número que está na LDO não bate com o que está no Orçamento. No outro item: rodovia de terra pavimentada. Só para se ter uma idéia, aqui, prevê 1.392, na LDO, e na LOA estão previstos 1.001. Então, é preciso compatibilizar isso, porque a LDO é uma lei.

Outro item gritante que eu vi: pontes de madeira - construção e reforma. Estavam previstos 8.600m<sup>2</sup> na LDO, na LOA estão previstos 3000m<sup>2</sup>. Então, eu estou citando alguns dados, porque não bate a proposta que nós apresentamos em julho com a proposta que o Governo apresenta agora.

Portanto, é no mínimo... Eu fico feliz quando o Secretário Yênes colocou que o planejamento do Governo do Estado é o único que tem não sei o que, que tem uma série de coisas, mas é preciso rever algumas coisas. A dívida que calculou em julho, agora já mudou; a receita de julho, não é a de agora. Agora, para mudar tudo isso é preciso fazer dentro dos trâmites legais.

Portanto, eram estes questionamentos que eu gostaria de fazer. O que sempre temos dificuldades para obter do Governo são as memórias de cálculo de como se fixa essa receita. E, também, não nos foi apresentada até agora a memória de cálculo da dívida. Tudo isso, nós só conseguimos depois que fazemos um requerimento. Eu sei que não é culpa do Secretário de Planejamento, que, aliás, tem sido a pessoa no Governo com quem temos tido um trânsito muito livre, com quem eu tenho conversado muito. Mas, alguns Secretários não estão compatíveis com a política e com o que o Governador sempre diz, de mostrar transparência, porque nós temos tido dificuldades para obter alguns dados, principalmente, da Secretaria de Fazenda.

Portanto, Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de colocar inicialmente. Eu, também, me coloco aqui, à disposição de todos para que possamos estar, na próxima semana, já trabalhando essa questão do Orçamento e preparando o relatório para que, no dia 14, 15, possamos estar votando já o Orçamento do Estado. Muito obrigado.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vou abrir agora a participação da Comissão de Constituição e Justiça na pessoa do seu Relator, que relata esse Orçamento, o Deputado Zeca D'Ávila.

Antes, eu quero registrar e agradecer as presenças: do Prefeito eleito de Comodoro, Aldir Moraes; do Presidente do Sindicato da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado, Membro do Fórum Sindical, José Carlos Callegari; e agradecer a presença do Exm<sup>o</sup> Deputado Estadual Sebastião Rezende.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Sr. Presidente, Srs. Colegas Deputados, Deputada, Srs. Secretários de Estado, Prefeitos eleitos, Prefeitos atuais, aos quais cumprimento em nome do Presidente desta Casa, o Sr. Ezequiel; senhoras e senhores, funcionários da Secretaria.

Eu quero ser bem breve, até porque o Deputado Carlão Nascimento já fez um pronunciamento bem amplo.

Nós sabemos, Sr. Secretário, que existe um prazo para Vossa Excelência responder o requerimento que lhe enviamos, que entrou na Casa no dia 24.11, que solicita de Vossa Excelência a Memória de Cálculo referente às despesas e os encargos especiais, nominado no Projeto do Orçamento 2005, no valor de 1 bilhão, 551 milhões, 679 mil e 978 reais...

Segundo: Memória de cálculo do demonstrativo da dívida consolidada interna e externamente; e demonstrativo do plano de obras para o ano de 2005. Metas e prioridades.

Nós fizemos esse requerimento; demos entrada na Casa; e Vossa Excelência tem um prazo regimental, evidentemente, para que possa nos responder, mas se houver oportunidade na brevidade da resposta, eu acho que nós vamos, tendo esse requerimento detalhado e minucioso, para que possamos fazer o estudo e fazer o relatório dentro do prazo, para que possamos votar o Orçamento.

Terminando, Sr. Presidente, e para ser bem rápido, eu gostaria de dizer, aproveitando a presença dos companheiros aqui, que só seis Deputados apresentaram suas emendas. Eu gostaria de solicitar, aproveitando a oportunidade, que todos façam em tempo hábil.

Da minha parte, Sr. Presidente, era só.

A minha solicitação é, se possível, por parte do Sr. Secretário, a brevidade quanto ao nosso requerimento solicitado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos a participação do Deputado Zeca D'Ávila.

Eu gostaria de abrir à participação dos Srs. Deputados.

A Deputada Verinha Araújo se dedicou a um trabalho de estudo ao Orçamento e vai apresentar um trabalho técnico agora, feito por sua equipe.

Concedo neste momento, então, a palavra à Deputada Verinha Araújo e, em seguida, a participação dos demais colegas Deputados e das entidades que aqui comparecem, bem como as secretarias de Estado.

(NESTE MOMENTO A MESA É DESFEITA, UMA VEZ QUE A EXPLANAÇÃO DA DEPUTADA VERINHA ARAÚJO SERÁ FEITA ATRAVÉS DO DATA SHOW.)

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Bom dia a todos e a todas, autoridades, servidores e servidoras das várias Secretarias, Srs. Deputados. Cumprimento também aqui os nossos Secretários de Governo.

Gostaria de, rapidamente, apresentar uma análise que fizemos em relação ao Orçamento.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Nós tomamos como base o Orçamento de 2003, para fazermos uma projeção para 2004/2005.

Por que tomamos como base 2003? Por conta de ter sido o primeiro ano do Governo Blairo Maggi e o Orçamento ainda elaborado pelo ex-Governo Dante de Oliveira.

O orçamento público do Estado de Mato Grosso, sobretudo os investimentos de infra-estrutura, segue a rota dos municípios mais potencialmente ricos do Estado. Isso ficará claro nas sessões seguintes quando analisarmos o orçamento regionalizado, que é uma questão já aqui constatada pelos dois Deputados que se pronunciaram em relação a essa questão.

Constatamos também baixo grau de investimento em setores eminentemente sociais e cidadãos.

Comparamos o orçamento sobre dois aspectos: valores absolutos, em termos de valores reais, e proporcionais, e também em relação a cada pasta em relação ao orçamento geral do Estado de Mato Grosso.

Aqui nós tomamos como base o ano de 2003, os Poderes, o que ficou no orçamento para 2004, e a evolução dele de 2003 para 2004 e toda evolução de 2003 para 2005. Constatamos que o Poder Legislativo cresceu no período 72% no orçamento; Judiciário, 80%. Enquanto o orçamento geral cresceu 51%, o Executivo decresceu, não acompanhou o mesmo crescimento que o orçamento geral, que foi de 49% para os Poderes.

Aqui comparamos em relação a 2004 e em relação a 2003, em termos de percentuais. Observamos que o Poder Legislativo cresceu percentualmente 2003, 2004 e 2005, e o Executivo que decresceu. Lembramos aqui que a cada ponto a variação é de 52 milhões de reais para mais ou para menos.

Aqui vemos um comparativo de 2004 para 2005 do Legislativo, Judiciário e Executivo. Observamos que o Legislativo e o Judiciário ampliaram bem mais que o Executivo, que já comparamos lá atrás.

Aqui é o Tribunal de Contas que está no Poder Legislativo. Enquanto a Assembléia Legislativa cresceu 60%, o Tribunal 100% do seu orçamento. O Poder Judiciário que eu já citei, 80%.

E aqui fizemos, dentro do Poder Executivo, as Secretarias que, do ponto de vista absoluto, tiveram menos recurso em relação a 2003: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania, menos 35%; Administração - aqui é importante, que é sobre a questão salarial dos servidores que está aqui nessa Secretaria - caiu brutalmente; Secretaria de Cultura; Gabinete da Vice-Governadora; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral; e Casa Civil.

Refiz aqui rapidamente a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania em relação ao Orçamento. Vejam que a Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, no Orçamento de 2003, ocupava 1,46% do Orçamento Geral e a Fundação de Promoção Social, 0,27%. Em 2004, essa Secretaria caiu para 0,59% e agora, em 2005, ela ocupa 0,63%. Como a Promoção Social aqui vai ser anexada à Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, significa que essa Secretaria, se ocupasse o mesmo percentual que ela ocupou em 2003, teria cinquenta e seis milhões a mais para 2005.

A Secretaria de Cultura também é o mesmo cálculo. Ela ocupava 0,18% em 2003 e 0,9% em 2005. Então, ela deixa de ter, do ponto de vista de dinheiro, menos quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil.

Essas são as Secretarias, os órgãos que cresceram, mas que não acompanharam o crescimento do Orçamento como um todo. E mesmo crescendo, Encargos Gerais, 146%, Casa

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

Militar, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Educação, nessa ordem, elas não cresceram o mesmo percentual do Orçamento Geral que foi de 51%.

Aqui são as Secretarias que, se ocupassem o percentual em relação a 2003, teriam agora para 2005, no caso da Secretaria de Desenvolvimento Rural, mais dezenove milhões, a Secretaria de Fazenda, mais nove milhões e oitocentos mil, a Procuradoria-Geral de Justiça, mais quatro milhões e novecentos, a Secretaria de Desenvolvimento de Turismo, mais um milhão e novecentos mil, e a Defensoria Pública, mais um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil. Essas são as Secretarias, os órgãos que tiveram os seus orçamentos aumentados em valores absolutos.

Vejam que enquanto o Orçamento Geral foi de 51%, a Auditoria-Geral foi o órgão que ampliou mais em relação aos outros, 121%; a Secretaria de Infra-Estrutura, 113%; a Secretaria de Indústria, Comércio e Minas e Energia, 107%; a Secretaria de Ciência e Tecnologia, 99%; e a Secretaria de Comunicação Social, 97%; e assim sucessivamente. Então, são essas as Secretarias, os órgãos que ampliaram mais do que o Orçamento Geral do Estado.

Eu quero destacar aqui três Secretarias, no âmbito social, que ampliaram, no caso, a Saúde que ocupava, em 2003, 9,67%, ocupava 12% por conta do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29.

Para Justiça e Segurança, são três milhões e oitocentos a mais; Esporte e Lazer, um milhão trezentos e oitenta e três a mais. Aqui no Esporte e Lazer é interessante porque nós recebemos muitas reivindicações de quadra, de ginásio, e está aqui nessa Secretaria. É uma ampliação boa.

Com relação à Comunicação Social, é interessante que de 2003 para 2004 ela teve uma queda. Isso quer dizer que o Governo Blairo, no ano passado, reduziu os recursos de comunicação social com relação a 2003, mas cresceu para 2005, mais do que teve em 2003. Isso significa mais nove milhões a mais de dinheiro na comunicação, ou seja, cresceu 141%.

A Infra-Estrutura, comparando com 2003, tem hoje um orçamento maior, de cento e dez milhões, um marco da simbologia do poder orçamentário efetivo dessa pasta que, enquanto seus recursos evolui mais que o dobro, o próprio aumento do orçamento do Executivo foi menor do que o Orçamento Geral de Mato Grosso. Quer dizer, enquanto o Orçamento Geral foi cento e cinqüenta e um, ela ampliou para cento e dez milhões de reais.

Indústria e Comércio, são treze milhões a mais - estamos com o Secretário aqui.

No caso da Ciência e Tecnologia - a nossa Secretária está aqui também -, ela contabiliza para 2005 mais vinte e cinco milhões, chega a cento e quatro.

Do pouco que foi regionalizado, nós vamos fazer um demonstrativo. O que nós constatamos? Que os orçamentos do Governo Blairo Maggi têm uma tendência de centralização, desregionalização e não-planejamento dos recursos públicos, tornando genéricos, muito mais suscetível às pressões políticas de grupos estruturados economicamente.

Esse é um quadro interessante. Vocês vejam que nós temos aqui em 2002 como é que estava o Orçamento Geral e como ele estava distribuído regionalmente. Vocês vejam que, em 2002, ele tinha oitenta e dois milhões e, do ponto de vista regional, tinha duzentos e seis mil.

Em 2003, foi para duzentos e vinte e seis mil.

Em 2004, que foi o orçamento já do Governo Blairo, que ele foi às regiões, ouviu as regiões, ampliou, saltou de duzentos e vinte e seis para trezentos e setenta e um mil, o que está regionalizado, mas em 2005 tem uma queda brutal, está aqui, duzentos e dois mil, menor do que teve em 2002. Então, aqui há aquela constatação, Deputado Carlão Nascimento, que Vossa Excelência também teve.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Então, eu quero perguntar ao Secretário Yênes: Onde é que estão aqueles debates que fizemos nas regiões? Porque, no ano passado, os Senhores regionalizaram um pouco mais, mas caiu bastante para 2005.

Vamos lá.

Aqui eu vou demonstrar no quadro que os orçamentos regionalizados, além de decrescerem em sua totalidade, também decrescem mais nas regiões mais pobres, mais distantes e sem infra-estrutura.

As *per capita*, em 2004, apresentam-se mais eqüitativos do que em 2005. Ou seja, há um maior equilíbrio entre as *per capita* da região. Enquanto que em 2004 a diferença entre a maior e a menor *per capita* regional é de apenas duas vezes e meia... Eu coloquei aqui: região Centro-Oeste – R\$293,00; região Centro Norte – R\$115,00. Em 2005, a diferença é de quase quatro vezes.

Nós vemos no quadro adiante que a região Sul teve R\$113,00 por habitante, sendo que na região Centro Norte cai para R\$29,00 por habitante.

O orçamento de 2004, em relação ao de 2005, o Orçamento que nós estamos executando este ano, ele tem maior justiça social e regional no sentido de garantir melhores *per capita* para regiões com menores IDH, mais distantes e sem infra-estrutura, como é o caso da região Noroeste I, II, e Nordeste, Centro-Oeste e Oeste.

Regiões com menores IDHs, mais distantes, sem infra-estrutura, apresentam os maiores decréscimos proporcionais em seu orçamento. Nós vamos ver isso no quadro adiante, também.

Então, em 2004, tinha-se sete regiões que apresentavam um *per capita* maior do que a *per capita* de Mato Grosso. Já em 2005, apenas quatro regiões apresentam *per capita* maior do que a *per capita* de Mato Grosso e oito regiões apresentam *per capita* menor.

É este quadro aqui: Aqui nós citamos as regiões. Aqui eu posso dizer quais são os municípios.

Vejam que, em 2004, nós temos esta região, a região Norte, enquanto a *per capita* era de R\$110,00, em 2005 já é de R\$45,00.

Vamos pegar outro quadro adiante, que eu acho que ficará mais claro o que nós estamos querendo dizer aqui.

Este quadro aqui.

Este é um quadro que distribuímos as regiões de quanto que cada região dessa recebeu do recurso que está regionalizado.

Então, de duzentos e dez milhões que foram regionalizados dos cinco bilhões, como é que ele foi distribuído para as regiões? E aí, nós fizemos uma distribuição disso *per capita*, deu a média de oitenta e um reais.

Quais são as regiões que ficaram além do *per capita*? É a região de Cuiabá/Várzea Grande, depois eu vou explicar, porque ela é uma diferença. Mas eu vejo que em relação a Sorriso, Diamantino, já são as regiões que tem o melhor IDH, portanto, elas receberam um aporte mais amplo do que a média estadual, enquanto que regiões pobres do Estado já caem bastante. Eu quero destacar aqui a região de Cáceres, que está abaixo da média. Mesmo citando aqui: Tangará da Serra, Alta Floresta, mas tem municípios, aqui nessas regiões, com IDH baixo.

Eu vou mostrar um quadro abaixo para vocês perceberem.

Vocês vejam aqui: Cuiabá... Nós temos dez municípios que têm o IDH menor que o de 0,73%, e ele teve cento e treze reais. Enquanto que a região de Sorriso, que não tem nenhum

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

município com IDH abaixo da média, já recebeu um aporte maior de recursos, como é o caso também de Rondonópolis.

Na região Sul, tem noventa e quatro milhões distribuídos e um *per capita* de cento e treze. Na região Centro, nove milhões e um *per capita* de cento e onze. No Centro-Oeste, sete milhões e um *per capita* de cento e sete. Sudeste, trinta milhões e um *per capita* de oitenta e três. Ou seja, 70% do dinheiro regionalizado vão para as regiões mais centralizadas e melhores servidas por infra-estrutura, enquanto que as quatro regiões, com os maiores valores *per capita*, são exatamente as com perfis as mais centralizadas, com maior infra-estrutura e as únicas que têm *per capita*s dos orçamentos regionalizados superiores ao *per capita* geral, que é de R\$81,00. Está compreendido o que quisemos dizer?

Eu fiz aqui duas exceções, enquanto que na região sul tem um alto *per capita*, a maioria dos municípios com IDH menor que Mato Grosso, que é aquele primeiro, que é a de Cuiabá, a região centro-norte, que tem um baixíssimo *per capita* e todos os municípios são de IDH maiores que os de Mato Grosso. Só essas duas são exceções.

Então, os recursos Orçamentários regionalizados de 2005 apontam no geral uma distribuição *per capita* diretamente proporcional ao IDH, ou seja, há maior volume de recursos regionalizados para as regiões mais ricas e desenvolvidas e menos para as regiões mais pobres e desenvolvidas.

Aqui é a infra-estrutura, que nessa Secretaria regionalizou apenas recursos e habitação e R\$250.000.000,00, que é do estradeiro, não está regionalizado, coisa que aconteceu em 2004.

Quero destacar aqui na Secretaria de Saúde que duas regiões estão fora do orçamento regionalizado, que é a região três, nordeste, que pega Vila Rica e Confresa, e a região dois, noroeste, Juara. Essas duas regiões apresentam três das características analisadas neste relatório: distantes, dotada de pouca infra-estrutura e com número significativo de municípios com baixo IDH. E não estão contempladas no orçamento da Secretaria de Saúde que é um orçamento regionalizado.

Regiões pobres ou distantes apresentam baixíssimos níveis de investimentos *per capita* no orçamento regionalizado. O caso da região centro-oeste, Diamantino, que tem 4,34%, região um, noroeste, Juína, 0,60% - isso na saúde.

Aqui no último quadro, já concluindo, fizemos um comparativo do Orçamento de Mato Grosso com o do Brasil, daquilo que foi liquidado e aquilo que está no Orçamento.

Então, nós pegamos, no caso da Secretaria de Emprego, Trabalho e Cidadania, que liquidou no Brasil R\$22.000.000.000,00 e, para o Orçamento de 2005 ampliou 100%. Enquanto que no Mato Grosso essa Secretaria liquidou, em 2003, R\$24.000.000,00, ampliou para R\$32.000.000,00, ampliou 33%.

Ministério da Cultura – liquidado no Orçamento, ampliou 60. Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso, liquidado no Orçamento, ampliou 34.

Meio ambiente - liquidado em 2003, no Orçamento, no Brasil, e aqui na FEMA 90%, ou seja, é a Secretaria que quase acompanhou o Orçamento Geral da União.

O Ministério da Saúde aqui no Brasil, em Mato Grosso foi além inclusive do Orçamento do Ministério da Saúde. E o Ministério dos Transportes liquidado em 2003 no Brasil, no Orçamento para 2005. Esse Ministério é um dos Ministérios que mais vai receber aporte de recurso para 2005, de todos os Ministérios do Governo Lula. E o Programa Estradeiro que apesar de liquidado 19 milhões, 245, ampliou 28%.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O Orçamento da Agricultura de Mato Grosso cresce mais do que o nacional. No entanto, o Orçamento da reforma agrária cresce consideravelmente em nível nacional e decresce em nível absoluto em Mato Grosso. É o mesmo quadro. Aqui é no Mato Grosso o liquidado em 2003, o orçado, e qual o percentual de ampliação em relação ao liquidado. E a reforma agrária que decresce. No Brasil, ampliação que praticamente também segue o mesmo percentual tanto do liquidado como do orçado nesses dois setores. É isso.

Espero que tenha ajudado até para o nosso debate.

Só quero concluir aqui, Deputado Riva, que está nas nossas mãos, dos Deputados, alterar alguma coisa desse Orçamento. Eu acho que a alteração é no sentido de regionalizar mais. E nós podemos fazer isso, porque não vamos alterar nada de uma Secretaria para outra. O que vamos fazer? Vamos ocupar no Orçamento, onde tem uma função, um programa que está lá definido, por exemplo, oito ginásios poliesportivos, mas lá na está dizendo, prefeito, para onde vai esse ginásio. Por que nós, Deputados, não podemos dizer - e aí colocar para essas regiões que são pobres, que não têm recurso regionalizado, distribuído para resolver esse problema que constatamos aqui.

SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a Deputada Verinha Araújo o belíssimo trabalho nessa área.

Srs. Deputados, existe um sentimento na Assembléia Legislativa de que se o Orçamento não é regionalizado, então, o Orçamento não deveria constar nada em caráter regional para investimento. Deveria ser estadualizado, conforme determina a LDO, Deputado Carlão Nascimento, Srs. Deputados.

O nosso entendimento é que desregionalize todos esses investimentos e depois logicamente que o Governo vai ter que sentar para discutir os investimentos por região. Mas a LDO, deste próximo ano, deve ser bem analisada a ponto de ou se regionalizar ou municipalizar os investimentos. O Secretário de Planejamento dizia ao lado - ele vai ter a oportunidade de se manifestar - que na verdade os recursos regionalizados são apenas de habitação, alguns na área de Saúde e, se não me engano, na área de Educação. Os demais não são regionalizados.

Então, está aí a explicação por algumas regiões não estarem contempladas.

Eu queria que os colegas Deputados que quiserem usar da palavra, se inscrevessem aqui com a Sr<sup>a</sup> Mara, do Cerimonial. Só pediria que fossem o mais breve, para abrir a participação das Secretarias, das entidades que aqui estão e a participação popular.

Com a palavra, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Bom-dia a todos e a todas aqui presentes, cumprimento todas as autoridades na figura do nosso Presidente da Casa, Deputado Riva e do Secretário Yênes Jesus de Magalhães.

Eu quero enaltecer o trabalho da Deputada Verinha Araújo, que faz aqui uma apresentação, demonstrando um esforço de compreender a questão orçamentária. E, pelo que acompanhei, entendi que os números que foram trabalhados, foram os números do total geral do Orçamento. Pelo menos é o que eu pude perceber.

No entanto, se falou sobre os investimentos, ou seja, trabalhou-se com o número total, mas se referiu, considerando a questão *per capita*, na tônica do investimento. Então, é um cálculo que não fecha, ou se trabalha com o número total geral do Orçamento ou se trabalha com o total de investimentos, para se falar sobre a perspectiva que o Orçamento traz daquilo que o Governo vai aplicar por região ou não. Aí, se for trabalhar com o número de investimentos, todos esses percentuais serão alterados. E nós vamos perceber também que a discussão - como disse o Deputado Riva - que eu acho que o Secretário Yênes precisa ter claro, o Governo Blairo Maggi, é definir de vez, regionaliza ou não regionaliza, ou municipaliza ou não municipaliza. Essa coisa gera

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

sempre essa discussão, como disse o Deputado Carlão Nascimento, nos anos anteriores também. E agora de novo.

Em 2004, nós tivemos várias áreas, a grande maioria regionalizaram seus investimentos, eu estou falando de investimento agora. Em 2005, praticamente, Saúde, Educação, SEFAZ e alguma coisa. As outras áreas não regionalizadas.

Então, esse comparativo também fica prejudicado, porque se pegou a regionalização bastante ampla de 2004, enquanto para 2005, apenas três áreas foram regionalizadas.

Então, mais uma vez essa demonstração em percentual fica comprometida nessa linha. Isso não quer dizer de que os investimentos que o Governo do Estado pretenda fazer estejam prejudicando as regiões mais pobres, com menor renda *per capita* no Estado. Por quê? Pelas outras áreas do Governo, notadamente, infra-estrutura e outras que não regionalizadas, aí está o erro, não terem regionalizado. Mas, eu digo no cálculo não quer dizer que as outras áreas de Governo não estejam com investimento previsto para essas regiões mais carentes do Estado de Mato Grosso.

Somente para não deixar cristalizar, Secretário Yênes, companheiros aqui, a idéia de que o Governo esteja beneficiando as regiões mais ricas em detrimento das regiões mais pobres, que é o que pode ao final acabar transparecendo.

Então, por outro lado, por isso nós temos um Planejamento Plurianual, temos a LDO e temos o Orçamento. Não é obrigatório que um Governo passe todo seu período investindo mais ou menos nas mesmas regiões. É possível e até salutar que ele também possa ter a capacidade de investir este ano mais aqui; no outro, mais acolá, porque também tem as nuances de cada tempo e tem as questões todas que envolvem a gestão continuada.

Então, de toda apresentação, eu acho importantíssimo, para enriquecer o debate, mas me preocupa ficar essa idéia de ser um Orçamento que a Assembléia Legislativa venha aprovar, que esteja sendo um Orçamento prejudicial às regiões mais carentes do Estado de Mato Grosso. Por outro lado, não vai ser a tese Robin Hoodana de tirar do mais rico e levar para o mais pobre, porque senão, se desse sustentabilidade, eu acho que aí é a palavra chave, nós não vamos conseguir chegar a bom termo.

Por outro lado, nós vemos claramente, tanto pela apresentação do Yênes, do Carlão e da própria Deputada Verinha Araújo, que os outros Poderes ampliaram até mais que o Executivo a sua capacidade orçamentária e, conseqüentemente, também de investimentos. Ora, o Governo Blairo Maggi, desde o início, período que eu participei, entende que o Poder Judiciário é também ação pública efetiva e á também ação eminentemente de cunho social: ampliar comarcas, oferecer justiça, os juizados especiais, dar acesso ao direito, ao exercício pleno do direito do cidadão, este ele lá no interiro, por mais simples que seja. Isto é fazer ação social através de outro poder, sim. Não é só o Executivo que faz política pública, não é só o Executivo que faz políticas sociais.

O Tribunal de Contas do Estado, ampliar o seu Orçamento... O Tribunal de Constas tem que sair mesmo, cada vez mais da posição punitiva para auxiliar os municípios, auxiliar o próprio Governo do Estado a fazer uma gestão com transparência, com eficiência e com capacidade. Então, é também positivo que o Tribunal de Contas amplie seu atendimento. E o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. Então, o próprio Poder Legislativo também está sendo visto pelo governante como partícipe de um conjunto que faz os Poderes neste País.

Então, na verdade, nós estamos vivendo um processo de cunho político altamente interessante e que merece até reflexão. Mato Grosso está fazendo um outro momento histórico acontecer, onde os demais Poderes não estão sendo vistos como Poderes secundários, mas Poderes

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

parceiros na construção de um novo momento, de uma nova realidade, para Mato Grosso. Então, eu acho que isso é extremamente positivo, não é negativo.

Quando se fala de Orçamento, que reduziu o Orçamento, vamos pegar a SETEC, por exemplo, Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, a própria fundamentação da existência dessa Secretaria, a sua grande maioria é constituída de projetos vinculados a projetos do Governo Federal, seja ele qual for. O que acontece? Você destina um orçamento “x” para essa Secretaria, tem expectativa com diversos Ministérios do Trabalho e outros da ação social, e essa perspectiva não acontece. No entanto, você está lá com o orçamento fechado, amarrado, com aquela área, muitas vezes os convênios chegam a ser assinados, mas não são liberados, no entanto, depois você não tem capacidade de remanejamento no orçamento, porque está conveniado. Tem que ter lastro orçamentário para dar sustentabilidade ali.

Então, a redução que houve de ano a ano na SETEC é porque os convênios assinados com o Governo Federal não aconteceram e amarravam o orçamento da SETEC. Então, era melhor ter um orçamento menor e, na verdade, se precisasse suplementá-lo à frente, se, finalmente, o Governo Federal resolvesse liberar o dinheiro, aí remanejava. Então, a opção foi fazer um processo inverso por conta da questão orçamentária.

Então, tem explicação, porque não significa dizer que agiu menos. Ter mais ou menos orçamento não significa, na verdade, executá-lo. Se formos pegar o comparativo do que veio de recurso para a SETEC do Governo Federal no Governo anterior e no atual, nós vamos perceber uma redução drástica. Era uma média de nove milhões/ano para os programas de qualificação, por exemplo. Veio um milhão/ano, e, ainda, com dois anos em atraso, que faltam pagar. Então, não adianta ter o orçamento, amarrar o orçamento, que faltará para outras áreas, se a coisa não acontecer.

Na Cultura, tem uma previsão de quatro milhões, mas, na Assembléia Legislativa discute-se o Fundo de Cultura. Se aprovado, vai saltar para doze milhões. Vai saltar para doze milhões e em uma modalidade muito mais prática e efetiva para atendimento do segmento. Está lá na Assembléia Legislativa. Nós estamos apreciando e deveremos votar.

Outro detalhe interessante: quem mais cresceu? Proporcionalmente, obviamente, em valor, em dinheiro, serão outras áreas, mas, no sentido de Governo, foi a Auditoria. Isso demonstra o desejo do Governo do controle efetivo, na busca, exatamente, da competência, da eficiência, da honestidade e da transparência da gestão do recurso público.

Então, não é pelo valor, três milhões e pouco, é no sentido da priorização de que haja este controle efetivo, interno, para que o dinheiro público seja bem aplicado.

Então, nas áreas sociais, nós temos outros investimentos que não têm nomenclatura.

Secretaria de Ação Social. Fazer segurança é social. Fazer saúde é social; educação é social; e se formos por extensão, nós vamos lá na SECITEC, é social, quando você tem um CEPROTEC que trouxe a criação de cursos profissionalizantes. Isto não é ação social? Então, ou seja, estabeleceu-se a leitura de que social é onde está escrito, e, na verdade, as ações acontecem em diversas áreas que estão para fazer acontecer, porque estão fazendo acontecer.

O aumento do orçamento da SECOM. Eu entendo que o programa de comunicação do Governo não pode ser promocional, seja de qual for o governante, mas deve divulgar as ações e deve estabelecer, sim, uma política de comunicação que, na minha opinião, tem que ser mais arrojada, inclusive no Governo do Estado, no sentido de fazer com que muitos recursos públicos, que são superutilizados, às vezes, por falta de comunicação. Não estou falando de divulgação, de autopromoção do Governo, estou falando de comunicação, de informar a sociedade,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

de informar os prefeitos. Eu acho, então, que é uma outra tônica que o Governo vai estar trabalhando e que acho bastante interessante.

Para concluir, eu gostaria de... Por exemplo, reforma agrária. A Constituição é muito clara. Esta competência é concomitante? É. Mas ela tem a sua grande atribuição no Governo Federal. Quer dizer, não vai, então, o Estado de Mato Grosso trazer para si todas as responsabilidades. Está certo que Mato Grosso, aqui, age, ajuda, é parceiro até naquilo que não lhe compete, em diversas situações emergenciais, como estradas, isto e aquilo, mas também não dá para fazer tudo. Mato Grosso é um Estado da Federação, é só uma unidade federativa. Então, nós não podemos fazer aqui também um comparativo do Orçamento nacional, do Orçamento da União, com o Orçamento do Estado, se cresceu, se deixou de crescer, existem as peculiaridades entre um e outro. Então, eu penso que é muito válida essa discussão, Sr. Presidente, mas eu, particularmente...

Nós tivemos aqui uma emenda na LDO, Secretário Yênes, de dois milhões e meio para o Corpo de Bombeiros. Foi uma discussão grande lá. Foi bem na época que pegou fogo num prédio de dois, três andares, lá em Rondonópolis, e que tiveram que apagar com uma pá carregadeira. Então, nós temos escadas magirus, para o Mato Grosso inteiro, duas, mas uma é de mil novecentos e... São duas dificuldades, uma é fazer o caminhão chegar e a outra é fazer a escada subir, mas nós temos uma outra mais nova. Então, na época, discutiu-se muito. E está lá na LDO. Debateu-se, concluiu-se, comprovou-se a necessidade e não está no orçamento. Então, são coisas que eu acho que nos dois anos próximos temos que deixar, como marca desse Governo, avançar também e tem toda uma discussão que nós precisamos...

Eu acho que essa mudança de data de apresentação da LDO vai ajudar, mas eu quero dizer que no conjunto, apesar de discordar pontualmente desta ou daquela apresentação aqui feita, no geral, tudo contribui para que a Assembléia continue avançando na direção de nos aperfeiçoar também. E aqui ninguém é dono da verdade. Quer dizer, a verdade, nós construímos aos poucos.

Eu acho também que não temos lado, Executivo contra Legislativo, contra Judiciário, contra...

O Ministério Público também cresceu e cresceu significativamente, aliás, o Ministério Público neste Estado cresceu ao passo do Judiciário. À medida que se ampliou comarcas, praticamente também ampliou o número de promotorias.

A Defensoria Pública também cresceu. Falta crescer muito? Falta.

Então, na verdade, muita coisa aconteceu. É aí que o Governo tem que divulgar melhor também sob alguns aspectos daqui, comunicar mais.

No mais, Sr. Presidente, é isso. Eu quero aqui concordar com o nosso Deputado Presidente da Comissão, Deputado Carlão Nascimento, no sentido de que, e Vossa Excelência bem resumiu, haja uma definição. Obviamente, optando que seja no caminho de trazer mais próxima dos municípios, mais próxima do controle efetivo da sociedade, aliás, essa é uma postura do Governo Blairo Maggi e acho que tem que ser perseguido.

Então, definindo isso na próxima discussão, nós conseguiremos ter uma leitura mais clara.

Paro por aqui, no sentido de dizer que reconheço o esforço de cada um, da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Carlão Nascimento, de Vossa Excelência e do Executivo. E acho que Mato Grosso ganha com isso.

As discussões não foram em vão. Acho que a discussão do PPA, que foi feita no ano passado, as discussões que a Assembléia tem promovido, é um processo e nós estamos no meio dele. Então, não temos nada pronto ainda. Nós estamos tendo a ousadia de fazer diferente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Era isso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA ) - Eu gostaria de ressaltar que no ano que passou, por exemplo, os recursos pleiteados a maior no Orçamento pela Assembléia Legislativa, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas foram contemplados através de uma emenda, utilizando-se do excesso de receita.

Todos os Poderes foram atendidos até outubro, baseado no excesso de receita, inclusive a Assembléia Legislativa, é lógico, e nós temos muito a agradecer ao Governador, porque estamos entregando uma obra de quase vinte e dois mil metros quadrados, 21.400m<sup>2</sup>, que é uma obra que vai abrir um novo espaço para toda a sociedade, muito mais ampla, inclusive eu gostaria de convidar todos para conhecer, aqueles que ainda não conhecem, para conhecerem a obra da Assembléia Legislativa que deve estar pronta, totalmente pronta, até março, no mais tardar. No dia 1º de fevereiro já pretendemos estar fazendo a Sessão de posse da nova Mesa, no novo plenário.

O Deputado Humberto Bosaipo é membro da Comissão que acompanha essa transição de mudança. E aí quero justificar, inclusive, o aumento da receita da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas, que eu já fiz uma defesa.

O Tribunal de Contas, na medida em que o Governo Federal aprovou a Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, ele deveria ter dado um tratamento diferenciado ao Tribunal de Contas. Como é que se aprova uma lei que dá mais trabalho ao Tribunal de Contas e tira recurso do Tribunal de Contas.

Por exemplo, hoje existe um excedente de despesa na parte de pessoal do Tribunal de Contas que precisou contratar novos técnicos, investir mais em pessoal, em auditores, aliás, ainda precisa, que o Legislativo está com 3,19, e, na verdade, a Assembléia Legislativa está com 1,72. Estamos dentro daquilo que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tribunal de Contas excede um pouco. E, nesse aspecto, acho que merece uma compressão a partir desse ponto de vista de que aumentamos o trabalho do Tribunal de Contas, inclusive na Emenda do excesso de receita, o Ministério Público foi privilegiado com 8 milhões e pouco a mais no orçamento, como foram a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas.

E aí, Srs. Deputados, é uma discussão que vamos fazer no Colégio de Líderes, não vamos decidir aqui, hoje. Mas entre a estadualização, a regionalização parcial, eu acho que temos que sentar com o Poder Executivo e definir: que fique totalmente estadualizado, que desregionalize tudo e talvez até incluindo dispositivo na lei orçamentária para que o Governo apresente uma proposta de regionalização desse próprio orçamento até 30 de janeiro, por exemplo. É uma das propostas que podemos discutir. Porque senão vai ficar uma visão caolha, uma falsa idéia de que região “a” ou “b” vai receber menos investimento, o que não é verdade. E aí temos que enaltecer, Deputada Verinha Araújo, de que o Governador Blairo Maggi tem olhado uniformemente o Estado. Se Vossa Excelência for em Vila Rica, tem conjuntos habitacionais, em Juara tem; em Cáceres tem, em todo lugar tem.

E, na questão das estradas... Lógico, Vossa Excelência colocou algumas distorções que eu também concordo que têm que serem revistas, nessa questão da regionalização em especial. Eu queria – não sei se tem mais Deputados inscritos... O Deputado Humberto Bosaipo e, em seguida, temos inscrito o Presidente do SINTEP, Júlio César Viana, e o Dr. Luiz Militão. Se alguém mais quiser se inscrever, procure a Mara.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Riva, senhoras e senhores, eu careceria de uma atenção do Secretário de Planejamento, porque uma das falhas gritantes que vislumbramos em relação ao Orçamento é essa falta de comunicação entre a Secretaria de Planejamento e nós Deputados. Vossa Excelência já detectou essa falha.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Chegou o Orçamento para nós pronto e acabado, praticamente, e com distorções gravíssimas. Então, essa é uma falha que tem que ser corrigida. Eu acho que esta Audiência Pública pode anotar objetivamente essa falha, a falta de comunicação entre a Secretaria de Planejamento e a Assembléia Legislativa. Não é o fato apenas da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária estar mantendo contato com a Secretaria de Planejamento, é necessário que o corpo da Assembléia Legislativa, os Deputados, possa estar discutindo, inclusive, abrindo para as categorias essa discussão, abrindo para a sociedade essa discussão.

Um outro aspecto é que a não regionalização desse Orçamento, a única coisa regionalizada que tem no Governo Blairo Maggi são as casas, a habitação, não mais! Não existe mais uniformemente nada regionalizado. E a constatação do trabalho da Deputada Verinha Araújo, que eu quero aqui parabenizar, e também do Deputado Carlão Nascimento, mostra claramente a concentração dos recursos em locais mais ricos. Eu represento a região do Norte do Araguaia do Xingu, e eu disse pessoalmente ao Governador que ele tem que ter uma atenção especial. Lá nós não temos como fazer parceria com a agricultura. Nós não temos como levar uma parceria para gente pobre, para gente que não tem recurso. E aqui eu quero, mais uma vez, deixar claro que a região do Norte do Araguaia do Xingu recebeu as casas, recebeu algumas escolas, algumas reformas, mas não representa absolutamente nada para nós, lá! Nós queremos é, exatamente, o asfalto da BR-158. Essa obra pode ser delegada, já estive na Secretaria de Transportes.

E constatar, também – isso aqui foi visto pelo trabalho da Deputada – que os Secretários que têm mais poder com o Governador levam mais recursos. Vejam só, o Secretário de Transportes é o que mais leva recurso. Por ironia do destino, os dois Promotores, da Segurança e da Saúde, são os que mais levam recurso.

Então, é preciso analisar esse Orçamento como um todo, e eu quero deixar aqui o meu registro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Prof. Júlio César Viana, Presidente do SINTEP.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA – Bom-dia a todos e a todas, quero cumprimentar a toda Assembléia Legislativa, Deputados e Deputada, na figura do Presidente, parabenizá-los por esta Audiência Pública; quero cumprimentar os Secretários de Estado, na figura do Secretário Yênes.

Quero dizer que a democracia e a cidadania tiveram passos importantes na história deste país nos últimos vinte anos, pelo menos, ao longo precisam dar um passo importante hoje, que é no controle da sociedade, nas ações do poder público, principalmente na aplicação dos recursos públicos. Para mim, nós chegaremos na cidadania plena e na democracia plena. Para isso nós temos um dispositivo na Constituição que, para mim, é fundamental, aliás, pouco lembrado, até porque sobre ele dificilmente caberia uma ação judicial, que é o art. 3º da Constituição, que define quais são as finalidades, os princípios éticos e filosóficos do Estado brasileiro. Infelizmente, na discussão que nós temos visto sobre o Orçamento, o art. 3º tem sido esquecido.

A finalidade colocada pelo Estado brasileiro é, principalmente, Deputado, nessa questão de regionalização superar as desigualdades sociais e regionais, o combate à miséria e a pobreza.

A estadualização do Orçamento do Estado está para encobrir essa questão. Aí não é uma ação de Robin Hood, não. É uma ação de garantir equidade e não isonomia, porque há uma diferença fundamental na equidade e na isonomia. Pode parecer filosófico, até pouco prático discutirmos isso, mas eu acho que é essencial se queremos aprofundar a democracia e o estado de direito deste país.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Sobre essa questão, eu tenho como cidadão colídense, nesses últimos vinte anos, mato-grossense por necessidade, pode adotar e pela acolhida que tive aqui, há preocupação de que minha região será uma das regiões que não receberá esse tratamento equânime, nem isonômico porque os recursos destinados a reparar, ou assegurar as necessidades daquela comunidade que nesses últimos trinta, trinta e cinco anos tem procurado construir e garantir o desenvolvimento deste Estado, não recebe nesses momentos o tratamento carecedor. Aliás, nós só plantamos mandioca ou, pelo menos, a nossa produção não está entre aqueles produtos que são nobres dentro das *commodities*, dentro do mercado internacional. Talvez, essa seja uma das razões para recebermos esse tratamento.

A segunda questão que gostaria de constatar é que nós temos uma discussão na Assembléia Legislativa, da Mensagem nº 103, que estabelece uma revisão salarial. Ela estabelece seis condições. Eu vou citar duas delas. Uma delas é a previsão orçamentária. Portanto, temos que ter um orçamento para gasto com pessoal previsto para o ano de 2005 maior do que o de 2004, para que asseguremos essa revisão. A segunda, é que sobre dinheiro dos investimentos para nós garantirmos essa revisão salarial. Parece-me duas condições que vão servir, apenas, para legitimar o congelamento do salário e o arrocho salarial que os servidores públicos do Estado, em particular os da Educação, têm enfrentado ao longo desses anos.

Aliás, Secretário Yênes, eu quero parabenizá-lo pela matéria atribuída as suas citações de ontem, veiculadas pela SECOM, que trata do produto interno bruto do Estado de Mato Grosso. Eu fico muito feliz com isso, porque, praticamente, 10% daqueles recursos do produto interno bruto foram gerados pelos trabalhadores da Educação do Estado, do sistema público, seja rede estadual ou rede municipal. Portanto, era dezessete bilhões, aproximadamente, um milhão e setecentos milhões foram produtos do nosso trabalho gerado com a riqueza desse Estado. No entanto, no ano de 2003, que tivemos um produto interno bruto maior, nós recebemos como salário, somados, rede estadual e rede municipal, apenas, quinhentos milhões. Um bilhão e duzentos milhões daquilo que nós geramos de riqueza foram incorporados no patrimônio, não sei exatamente de quem, mas até imagino, pelo processo que temos hoje de distribuição das riquezas, de distribuição desse crescimento. Aliás, o orçamento público não cresce proporcionalmente ao PIB estadual. E essa é uma outra preocupação, porque eu acho que aqui nós, também, temos que discutir a política de tributação. Porque o recurso que podemos ter disponível é maior ou menor, dependendo da renúncia, do incentivo fiscal, a quem se beneficiará dessas riquezas que são geradas por todos os mato-grossenses, em todas as regiões, com o trabalho de todas as categorias.

Nós gostaríamos que na discussão do Orçamento nós tivéssemos mais tempo para fazer essa avaliação. Porque, senão, nós teremos uma democratização burocratizada, que servirá para encobrirmos, também, a falta das possibilidades de participação e discussão mais aprofundada.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a Assembléia Legislativa, por esta oportunidade de debate. Esperamos e estamos à disposição para contribuirmos com essa discussão sempre que for possível. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concederei, neste momento, a palavra, ao Dr. Luiz Militão.

O SR. LUIZ MILITÃO - Ao cumprimentar Vossa Excelência, Sr. Presidente, eu quero parabenizar e abraçar, naturalmente, todos os Deputados; todas as autoridades que compõem a Mesa e o público em geral.

Eu tomo a palavra para dizer da oportunidade democrática dessa transparência. E o povo, naturalmente, tem se omitido, porque quando é convocado não vem para saber o que está acontecendo.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O Deputado Riva coloca uma posição de que nós estamos vivendo um momento de transformação. O Governo Blairo Maggi deu uma nova ordem em Mato Grosso, queria ou não, nós que estamos neste Mato Grosso, há mais de trinta anos, nascemos em Corumbá, quando Mato Grosso era um só, e hoje estamos no Xingu há mais de trinta anos, estamos assistindo de cátedra uma transformação, apenas pela idéia da produção, da capacidade de trabalho.

Eu vi aqui, com muita tristeza, que o meu Araguaia não apareceu, o Xingu não apareceu, São Félix do Araguaia não apareceu, eu acho que, talvez, é questão de prioridade política, prioridade da despesa. Eu vi aqui só despesa, que é igual pensão alimentícia: necessidade e possibilidade.

Nós vimos aqui o quadro da necessidade, mas não mostraram o quadro da possibilidade, que é a receita.

Nós fazemos parte da Comissão da divisão do Estado, o Estado do Araguaia, porque nós descobrimos isso, Deputada Verinha Araújo, que as despesas existem não rubricadas no orçamento, mas não viram de onde sai a despesa, a receita. A receita tem sido de uma etnia que está mudando no Norte e Nordeste do Estado. Nós conseguimos levar os gaúchos, os paranaenses e paulistas e transformar aquilo em riqueza e estão dando garantia a ter sustentabilidade ao orçamento.

Por isso, Deputado Humberto Bosaipo, eu fico muito triste quando Vossa Excelência fala que o nosso Araguaia, que está produzindo agora, que está levando avante uma nova mensagem de produção, não se incorpora no caráter de despesa à altura do que progride, à altura do que produz, porque sabemos que o Orçamento a LDO transporta a possibilidade política do voto da eleição futura.

Mas eu fico com uma esperança, que o Deputado Riva coloca muito acentuadamente, é que talvez agora nós vamos dar a oportunidade democrática para o povo saber que onde está sendo produzido, não está sendo levado a efeito o recurso adequadamente.

Então, o ter e haver na contabilidade do passado vai ter que voltar para podermos começar uma nova mentalidade orçamentária. E no País, é um País da hipocrisia, a LDO, se não é aprovada, pode gastar a mensagem, o duodécimo da mensagem. Então, virou um negócio que é uma mentira coletiva.

Eu fico feliz porque quando o Blairo Maggi coloca uma imposição de trabalho, de desenvolvimento e fazem parcerias com a iniciativa privada, ele está dizendo o seguinte: Nós governos, precisamos não só trabalhar e produzir, vocês têm que ser parceiros, têm que participar do progresso, porque é muito comum receber, no final do mês, no banco, na sua conta corrente, o dinheiro do contribuinte. Mas o que eu faço para contribuir para isso? Eu produzo alguma coisa? Eu sou último à humanidade de agora? Eu estou produzindo riqueza para o futuro? Essas perguntas precisam tirar o caráter da indolência insolente do povo e participar produtivamente e dar as mãos ao parlamento, levando avante essa idéia nova.

Transparência, Srs. Deputados. Vamos fazer emendas com transparência, com dignidade e não naquele comércio político do voto da eleição futura.

Mas eu o parabenizo, Deputado Riva, pela coragem de abrir ao público uma possibilidade de saber o orçamento participativo, que, aliás, é da regra democrática deste País. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria de salientar mais uma vez, especialmente no tocante a esses investimentos - eu disse agora há pouco numa entrevista e é verdade - que nós temos uma falsa idéia dos investimentos regionais. Não dá para estabelecer qual região vai ser atendida com A ou com B, tanto é que as comissões vão se reunir, mas uma das sugestões que eu sugiro que seja apreciada é a desregionalizar esses investimentos que aí estão,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

deixar estadualizado de acordo com a LDO. E a partir daí dar um prazo para que o Governo apresente um quadro regionalizado de investimentos a serem feitos no Estado. Essa é uma sugestão que eu gostaria de deixar para ser apreciada.

Concedo a palavra neste momento a Dr<sup>a</sup> Ester Scheffer, que tem contribuído muito com os debates na Assembléia, inclusive trazendo uma nova visão de planejamento público, da FOREMAT e também de uma ONG, INBRACO.

A SR<sup>a</sup> ESTER INÊS SCHEFFER - Bom dia a todos.

Não é para uma análise é só para duas dúvidas que eu tenho, para minha própria compreensão.

Primeiro eu quero perguntar à Deputada Verinha Araújo... Ela ou sua assessoria se encontra?

Nesse cálculo que foi feito de distribuição do recurso orçamentário *per capita* já está claro que foi prejudicado porque tem investimentos que são regionalizados e investimentos que não são. Mas eu queria saber se, por um acaso, nesse cálculo foi considerado também as demais transferências voluntárias e compulsórias.

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA COM A ORADORA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> ESTER INÊS SCHEFFER - Certo.

Eu queria fazer uma pergunta também, para meu esclarecimento, ao Secretário Yênes Magalhães.

Eu estava ouvindo essa discussão de se regionalizar, não regionalizar e estou sabendo que houve algum dispositivo na LDO para não regionalizar, mas, na minha memória, esse tema é inconstitucional.

O Estado tem o poder de tirar esse item, de alterar isso? Não tem esse poder. Isso quer dizer que não temos que discutir se regionaliza ou não. É obrigatório regionalizar.

(O SR. SECRETÁRIO YÊNES DE MAGALHÃES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> ESTER INÊS SCHEFFER - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo, neste momento, a palavra, ao Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Prefeito Ezequiel Ângelo da Fonseca.

O SR. EZEQUIEL ÂNGELO DA FONSECA - Presidente Riva, Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa, demais Deputados, nosso Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação, Yênes Jesus de Magalhães, Secretário-Chefe da Casa Civil, Secretária de Ciência e Tecnologia, Secretário Furlan, todos aqui presentes, prefeitos, primeiro, quero pedir desculpas porque tivemos uma falha aqui da Casa, uma falha de comunicação. Nós queríamos, hoje, estar com quase todos os prefeitos de Mato Grosso. Quero pedir desculpas pela nossa falha nesse sentido.

Ao ouvir a apresentação da Deputada Verinha Araújo, quero parabenizá-la também, porque tem acontecido aquela briga, que Vossa Excelência discutiu na Assembléia Legislativa, das diferenças regionais e ela ainda está existindo em algumas regiões.

Nós somos parceiros do Governo Blairo Maggi. Estamos vendo o avanço que está tendo no Estado, em algumas regiões, mas também estamos aqui para discutir essa questão de algumas regiões, como a região do Deputado Humberto Bosaipo, de municípios ainda sem condição, ainda com uma economia baixa, sem sua vocação definida, que precisam encontrar uma vocação e que poderão - se encontrar uma vocação - ajudar no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

E aí a única solução, Deputado Joaquim Sucena, é se nós, a partir do orçamento... Isso eu já vinha discutindo com o Secretário Yênes Magalhães, que tem essa vontade, a Secretaria tem a vontade de fazer a regionalização. Agora, não dá para regionalizar apenas duas ou três secretarias. Não dá para secretarias terem superpoderes. E dentro dessas secretarias superpolíticas que muitas vezes não atendem aquela região e que não tem, como a minha região da Grande Cáceres, que por uma falta de inteligência nossa, um representante nosso eleito lá. Então, precisamos, neste momento, em que discute essa questão regional... Eu acho que já está no final, não dá mais para regionalizar. Eu sou favorável à sua idéia de estadualizar, neste momento, vamos estadualizar para depois regionalizar, porque senão existe região aqui hoje que já vai sair perdendo.

Então, vamos voltar a estadualizar para depois regionalizar, porque se continuar do jeito que está aqui, a minha região mesmo já saiu perdendo aqui.

Então, essa é a minha opinião. Muito obrigado (PALMAS).

O SR.PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, que vai discorrer sobre os questionamentos que houveram aqui, desde as Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, da Deputada Verinha Araújo e dos demais oradores que se apresentaram aqui.

Eu acho que, pelo relatório que foi exposto, em duas horas...(RISOS).

Com a palavra, o Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - O primeiro debatedor foi o Deputado Carlão Nascimento, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembléia.

Deputado Carlão Nascimento, eu queria só resgatar que o apoio que nós estamos recebendo da Assembléia Legislativa em todos os momentos, principalmente quando nós começamos no PPA, a possibilidade da revisão todo ano, é muito importante. Foi um avanço. São quatro Estados do Brasil que fazem revisão do PPA, sendo que Mato Grosso é um deles. Isso é muito importante!

Em relação à LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Deputado Carlos Brito colocou muito bem aqui, cabe aos Srs. Deputados, sem dúvida alguma, a proposta de alterações que fizemos. E a Lei Orçamentária depende da aprovação de Vossas Excelências, foi o que eu disse na abertura de minha fala. É uma pré-posição do Governo do Estado, é uma pré-posição e depende de Vossas Excelências essa aprovação.

Nós temos alguns números quando colocado, Deputado Carlão Nascimento... O Deputado Riva me passou um trabalho que a assessoria dele fez, que questiona alguns números que não batem na LDO com a Lei Orçamentária. Vou pegar um exemplo simples, em relação ao que nós tínhamos no PPA e mesmo na LDO para o ano de 2004, nós tínhamos a aquisição de uma patrol, de uma carregadeira, que foi adquirido ao todo, foram trinta e uma patrulhas completas. Então, isso automaticamente, houve essa necessidade, isso foi recomposto porque precisava, o Governador Blairo Maggi viu que necessitava adquirir esse equipamento para colocar junto daquelas prefeituras para que pudessem nos auxiliar nos trabalhos de parcerias nos consórcios que estão sendo feitos.

Então, esse é um motivo, Deputado Carlão Nascimento, de nós termos essa variação em cima desses números apresentados. Também nós temos que tratar como uma peça dinâmica, porque a cada dia que passa você tem uma necessidade aqui, ou acolá. Nós corremos atrás desse prejuízo, por isso que ela vem como uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e depois a Lei Orçamentária vai estabelecer.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Aí eu agradei aos senhores por terem aprovado essa alteração de 15 de abril para 30 de maio. Isso vai ajudar sobremaneira, para que nós possamos estar com a LDO bem mais apurada, bem mais próxima de uma realidade. É um processo construtivo, sujeito, automaticamente, a alterações.

Houve da nossa parte, Deputado Carlão Nascimento, Vossa Excelência fez uma cobrança, nós colocamos a LOA - Lei Orçamentária Anual, PPA, LDO, todos na *internet*, no *site* da SEPLAN e do próprio portal do Governo do Estado. Mas realmente os anexos nós recebemos impressos. Os anexos do cálculo da dívida, nós recebemos da Fazenda e não conseguimos disponibilizar. Então, nós tivemos esse problema da disponibilização, mas o que nós tínhamos, nós encaminhamos por solicitação da Comissão de Constituição e Justiça, economia e finanças da Assembléia Legislativa encaminhamos. Neste ano, realmente, faltou a disponibilização dos anexos para a sociedade, no ano que vem isso não ocorrerá mais, porque nós já estamos trabalhando num processo novo.

Quando nós temos aqueles números, Deputada Verinha Araújo, de desencargos, por exemplo, da SEPLAN, da SEFAZ, da SAD, é porque nós estamos num processo de construção neste momento. Nós contratamos o CEPROMAT para desenvolver um novo SIAFI. Esse novo SIAFI já está sendo desenvolvido para que possa ser disponibilizado para os municípios, porque nós sabemos que logo em seguida vem o SIAFEM. O próprio SIDOR - Sistema Orçamentário, também nós estamos buscando uma forma de estar disponibilizando. Então, é um processo que nós tínhamos que mudar urgentemente, porque nós estamos correndo o risco de perder toda gestão do Estado, porque o sistema que nós temos não está mais atendendo as necessidades. Então, por isso nós estamos vendo, para o ano que vem, um volume grande de recurso porque essas três Secretarias, Planejamento, Fazenda e Administração, vão desenvolver novo sistema cooperativo, que dará uma sobrevida ao Estado de, no mínimo, mais dez anos à frente, para que possamos, realmente, atender as nossas necessidades.

Em relação à questão da dívida, Deputado Carlão Nascimento, quero dizer que são dois fatores. Primeiro, nós tivemos a exclusão dos recursos da gestão plena da Saúde. A Secretaria do Tesouro Nacional mudou. Ela fez um recálculo, pela própria Secretaria do Tesouro Nacional, e foi tirado um total de, aproximadamente, cem milhões. É por isso que houve essa queda de seiscentos e poucos milhões para quinhentos e poucos. E, também, tem um outro fator: No dia que recebemos a cobrança, no dia que vamos pagar, nós pagamos em cima do câmbio do dólar. Então, dependendo da pontuação do dólar, acaba-se pagando mais ou menos. Quer dizer, isso é levado em consideração, também.

Outro ponto extremamente importante - é uma pena que o Deputado Riva tenha saído para dar entrevista - é com relação à questão das desigualdades regionais. A Assembléia Legislativa tem se preocupado com isso, mas o Deputado Riva tem sido um dos Deputados que mais têm feito isso. Tanto que fez aquele concurso no ano passado, produziu aquele livro. É uma pena, mas este foi um ano político e não foi possível continuar, mas o Deputado já colocou que no ano que vem continuará aquele processo do concurso para fomentar que a população participe com proposta para que possamos diminuir as desigualdades regionais.

Na verdade, Éster, você colocou muito bem, você está certa, o Orçamento tinha que ser regionalizado. Nós tivemos alguns problemas em algumas Secretarias. E eu sou uma pessoa muito transparente. Muitas pessoas que estão nesta sala me conhecem e eu gosto de tratar a coisa com a maior transparência possível.

E quero agradecer os Srs. Deputados. Por quê? A partir do momento que o Governador Blairo Maggi resolveu disponibilizar para este ano, no Orçamento do ano que vem, um

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

milhão e meio de reais para cada Deputado apresentar em obras, que não será apresentado como emenda... Porque nós tivemos o problema, Deputada Verinha Araújo, de ser municipal, de ser regional ou de ser estadual. Não é possível, hoje, colocar da forma como queriam. Mas, em uma reunião em que participou o Secretário-Chefe da Casa Civil, Joaquim Sucena, o Secretário Antônio Pagot e eu, juntamente com a Bancada de Sustentação na Assembléia Legislativa, ficou acertado que para o ano que vem serão feitos como indicação, mas garantido um milhão e meio de reais, conforme o Governador determinou, para todos os Deputados...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Para o ano que vem.

Não, para o ano que vem. Foi isso que eu disse. É um milhão e meio de reais para todos os Deputados na execução do Orçamento do ano que vem. Ficou trinta milhões no FETHAB, três milhões na saúde e três milhões na educação, como indicação.

(A SRª VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Não é questão do Governador querer ou não, a determinação dele é que isso ocorra, mas nós não temos como incorporar isso no orçamento, porque os Senhores teriam que fazer uma emenda para tal município e isso não é possível colocar no orçamento hoje, apenas por esse motivo.

Mas em relação a essa questão da regionalização, Deputado Riva, naquele dia, eu quero aproveitar a oportunidade - vários Deputados não estavam presentes, porque era uma reunião da Bancada – para dizer que ficou acertado pelo Executivo que, no ano que vem, o orçamento será 100% regionalizado. Então, nós não teremos mais, no ano que vem, esse problema. É um pedido que o Executivo faz, nesse momento, ao Srs. Deputados, dessa compreensão.

Eu quero aproveitar a oportunidade - precisamos resgatar - porque da forma como foi colocada aqui, parece que estamos no retrocesso, parece que a coisa está engessada, e isso não é verdadeiro. Nós tivemos apenas na saúde, nem tudo foi regionalizado, e habitação. Então, o restante, o próprio Estradeiro, como Vossa Excelência mesmo colocou, que é o maior Programa do Estado, ele não foi apresentado. Mas quando foi determinado pelo Governador que nós, eu e o Deputado Joaquim Sucena, faríamos uma discussão com os Srs. Deputados em relação às emendas, o Governador reuniu os Secretários e determinou que tinha que haver essa disponibilidade em nível de região.

Hoje eu posso dizer a todos os Senhores aqui presentes que nós temos isso em mãos totalmente regionalizado, mas não é mais possível readequar o orçamento, não tem mais tempo para isso.

Então, hoje nós temos isso, e isso foi prova, quer dizer, tanto a determinação do Governador, de um milhão e meio, como a discussão com os Senhores, vai proporcionar que, no ano que vem, realmente, o Executivo apresente o orçamento 100% regionalizado.

Em relação à questão dos prazos. Eu queria dizer a todos que a Secretaria de Planejamento, desde o primeiro momento, quando começamos a elaborar o processo, sempre está aberta à participação de qualquer cidadão da sociedade mato-grossense.

Nós antecipamos este ano o processo de elaboração, por que, na verdade, o que acontecia? Até o ano passado, o orçamento tinha que ser entregue na Assembléia Legislativa no dia 30, e ele chegava na Secretaria de Planejamento no dia 30 de setembro, e isso não é planejamento.

Este ano, nós queríamos um mês antes, não conseguimos um mês antes, conseguimos dez dias antes. Mas é um processo de construção. Se Deus quiser, no ano que vem, nós vamos ter trinta dias antes, porque aí a Secretaria de Planejamento faz a sistematização e a discussão com a Secretaria, porque a partir do momento que eu disponibilizo o Orçamento para a Secretaria,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

quem elabora a proposta é a Secretaria finalística. Compete a mim fazer uma discussão, buscar fazer essa junção da ação de Governo, buscar da unidade para ação de Governo e isso é um processo de construção, que, sem dúvida alguma, não tenho a menor sombra de dúvidas, com o SIGPLAN, com o Sistema de Gerenciamento de Convênio, com todas essas possibilidades que estamos tendo a partir deste ano.

Este ano foi um ano muito positivo para o planejamento do Estado e nós estamos...

Não, Deputado Carlão Nascimento, que este ano já esteja acontecendo, são sistemas que estão disponíveis para o ano que vem, porque o pessoal está sendo treinado agora.

Eu queria responder ao Deputado Humberto Bosaipo, que se ausentou.

E quero parabenizar a Assembléia Legislativa, Presidente Riva, porque nós trouxemos a ABOP, que é a Associação Brasileira de Orçamento Público, treinamos mais de 100 técnicos do Estado e fizemos um curso, que finalizou antes de ontem, apenas para os Poderes, que não era obrigação do Governo. Nós poderíamos pensar só no Executivo, mas não adianta só o Executivo avançar. Então, esse curso foi feito para a Assembléia Legislativa, para o Tribunal de Contas, Ministério Público e Tribunal de Justiça e eu agradeço Vossa Excelência, porque a participação dos técnicos da Assembléia foi preponderante nesse curso. Houve a participação 100% do número de vagas deixadas para a Assembléia, inclusive na finalização. Houve um jantar na finalização do curso e só não faltaram os da Assembléia Legislativa. Isso é muito importante ser ressaltado. Nós estamos buscando fazer com que isso realmente possa acontecer.

Deputada Verinha Araújo, o Deputado Carlos Brito acabou respondendo quase todas as coisas que eu tinha colocado aqui, porque temos conversado muito sobre isso. O que estamos buscando com o Orçamento... Não adianta colocarmos 42 milhões para a SETEC e depois ela gastar 6 milhões, porque os maiores volumes de recursos da SETEC são para contrapartida de convênios e, a partir do momento que se assina um convênio, perdemos esse orçamento. Então, neste momento, o Tribunal de Contas acabou de aprovar, há duas semanas, autorizou o Executivo a retirar do cálculo da saúde, da educação, da UNEMAT, FAPEMAT E CEPROTEC, de retirar o imposto de renda. Foi uma resolução do Tribunal de Contas. Isso foi muito importante pra nós, porque tínhamos um déficit para o Orçamento que os senhores irão votar agora em relação à Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas da ordem... Porque quando foi feita a negociação de valores da Assembléia Legislativa com o Executivo não foi discutido - eu participei da reunião, não houve maldade em nenhum dos dois lados - o Imposto de Renda.

Então, quando foi solicitado ao Deputado Riva qual era o valor necessário para a Assembléia Legislativa para as suas ações, não foi discutido o Imposto de Renda. Então, o Deputado reivindicou automaticamente que iria faltar recurso. O Governador Blairo Maggi disse que só iríamos disponibilizar, Joaquim Sucena, esses recursos para a Assembléia Legislativa e para o Tribunal de Contas graças a essa recomposição que estamos tirando 47 milhões do Imposto de Renda das vinculadas. Então, vamos poder recompor a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas e parte estamos disponibilizando para encargos que ficam à disposição para podermos remanejar para os outros órgãos no ano que vem.

Em relação à Secretaria de Comunicação, Deputado Carlos Brito, tem um fator a mais do que tudo isso que Vossa Excelência colocou. Se pegarmos quanto que foi gasto na SECOM este ano e deveriam ser recursos ... Por exemplo, da própria Saúde de fazer a sua parte, o DETRAN fazer sua parte, a Educação fazer sua parte e que não foi possível porque quando foi elaborada a licitação da Secretaria de Comunicação do Estado, a SECOM ficou em um único grupo. Ela não poderia estar disponibilizando recurso para outro grupo. Então, na licitação que está sendo elaborada agora, para comunicação do Estado, a SECOM vai fazer parte de todos os grupos. Serão quatro

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

grupos. Vai estar a SECOM nas quatro. E aí, sim, vamos poder fazer com que as outras Secretarias também participem, principalmente aquelas que têm arrecadação, que têm recurso hoje.

Então, o objetivo é só essa. E, sem dúvida alguma, a determinação do Governador não é fazer propaganda.

Fizemos uma pesquisa no Estado agora e a população anseia por saber ...

Por exemplo, na área de saúde, como ela obtém o serviço de saúde. Como recebo o remédio em casa? Quer dizer, ela está pedindo isso. Está à disposição e ela não sabe que isso ocorre. Então, isso precisa ser colocado de uma forma clara à população para saber como se utilizar dos serviços públicos.

Em relação à questão dos investimentos na área social.

Na verdade, tivemos avanços sobremaneira. Tivemos avanços - ele não é simplesmente a SETEC, temos em todos. Quando mostramos aquele quadro aqui são algo em torno de 1 bilhão e 200 milhões para o setor social. Há necessidade, sim, de participação cada vez maior da sociedade para que possamos estar muito antenado Executivo, Legislativo, com os anseios da nossa população.

Não conseguimos, Deputado Riva, fazer este ano os fóruns regionais. Este ano foi um ano atípico, totalmente, para todos nós. Um ano de eleição.

Então, não daria, se nós levássemos o processo. Nós estamos com o Programa de Estado, o MT Regional, totalmente pronto, cartilha pronta, camiseta, boné, todo material pronto desde o mês de julho, e nós não podemos levar, porque nós temos o processo eleitoral. Levaria a uma discussão meramente política e não é esse o objetivo do Governo do Estado. Passou as eleições e o Governador do Estado me chamou e me cobrou: “que dia que você coloca o MT Regional na rua?”. Eu pedi para o Governador Blairo Maggi: “até janeiro!”. Por quê? Respeitando todos os Prefeitos atuais, mas nós vamos ter algo em torno de 80 Prefeitos novos. Não adianta fazermos essa discussão neste momento. Então, nós começaremos essa discussão já no mês de janeiro.

Nós temos um déficit no Estado, hoje, de 27.000 quilômetros de asfalto. E como é que vamos priorizar? Tem uma proposição para o ano que vem de 1.001 quilômetros, que a SINFRA irá fazer. A prioridade não dá para ser diferente. Se nós tivéssemos recurso para fazer os 27.000 quilômetros atenderia tudo e a todos. Nós temos que priorizar primeiro o adensamento populacional; segundo, a produção. Não tem outro jeito! Ano passado, nós fechamos o ano com quarenta e dois milhões negativos por uma decisão política do Governador, quando foram colocados onze milhões - desses quarenta e dois milhões - para recuperação das rodovias federais. O Governo federal iria neste ano aceitar esses onze milhões como contrapartida. Então, nesse momento, o governante precisa tomar uma decisão e o Governador Blairo Maggi tomou a decisão de - já que não vinha recurso da União - trazer, porque não adiantava nós fazermos todo trabalho nas rodovias estaduais, e na hora que chegava - costumamos sempre dizer que é o pé de galinha - na BR-364, BR-163 e BR-158, a coisa iria parar.

Então, há necessidade de, primeiro, prepararmos essas estradas - o problema nosso é de logística - para retirar esse produto. Aí vem falar: “mas, é só na região produtora?”. Nós também estamos fazendo fora da região produtora, mas tem que frisar, neste momento, que aí é a forma que se vai ter de conseguir - através de geração de emprego, através da exportação - recursos para estar atendendo aquelas regiões que não têm essa capacidade.

O que nós anunciamos anteontem, é uma coisa que estávamos dizendo, nós fomos pegos de surpresa, Presidente Riva. Nós estávamos dizendo que o crescimento do Estado seria de 8,5% e ele foi de 9,5%. Foi o Estado que mais cresceu no Brasil. E isso é muito importante. Eu pedi desculpas porque estava com Deovaldo, meu amigo Deovaldo do IBGE. Dei uma coletiva junto com

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

ele e pedi desculpas para ele. Falei: Deovaldo, você me desculpa porque nós estamos dando uma notícia extremamente alvissareira para o Estado, mas eu vou ter que cobrar do Governo federal. O que não podemos aceitar é sermos tratados com privilégio. Não podemos aceitar que nós paguemos este ano quinhentos e vinte milhões de dívidas, que retorne algo em torno de duzentos milhões e que Mato Grosso seja, hoje, o 24º Estado da União a receber recurso de convenci do Governo federal, de vinculações constitucionais. Quer dizer, isso não pode acontecer.

Então, quando a dívida nossa foi repactuada para quarenta anos, mês de abril, mês de março, nós temos a Secretaria do Tesouro Nacional. Ela analisa as contas do Estado nos últimos doze meses e deixa os índices para nós cumprirmos nos próximos doze meses. Quando ela deixa esses índices, se ela deixa 1,7 para o ano que vem, nós acabamos cumprindo, Secretário Furlan, 1,9. Então, a capacidade não é para pagar mais dívida, Deputado Carlão Nascimento, é que é 22% da arrecadação é dívida. Quanto mais se arrecada, mais se paga dívida. Então, nós estamos pedindo para pagar a dívida em quarenta anos.

É essa a diferença, Deputado Riva, que nós pudéssemos investir no Estado. Nós estamos pedindo para o Governo federal, não precisa esse recurso nem ficar aqui, que ele vá e que ele venha como convênios, porque aí nós vamos ter condições de aplicar e pedindo que o Governo federal diga onde investir esses recursos, principalmente. Aí é determinação do Governador Blairo Maggi investir na área social.

Quando nós pegamos região sul, sudeste, com relação à questão da habitação, Deputada Verinha Araújo, é porque nessas regiões que temos os maiores índices de déficit habitacional do Estado, essa concentração.

Essa colocação que o senhor tem feito, cobrado das desigualdades regionais, é o que temos conversado com cada Prefeito que nós temos oportunidade, porque o prefeito hoje não pode... Infelizmente, Pedro, você não pode mais preocupar só com Jauru, você tem que preocupar com Jauru e com sua região. Não adianta, nós termos um município que se destaca, que vira um pólo atrativo, que atraí as pessoas porque lá tem qualidade de vida, tem melhor salário, não tem desemprego, não tem criminalidade, porque a criminalidade está diretamente ligada com a questão do desemprego. Quer dizer, vira um pólo atrativo aquela cidade; ela vai crescer e chegar num ponto igual a Cuiabá. Ela satura, não tem emprego e começa a haver criminalidade. Então, hoje, não dá apenas para você pensar no seu município. Você tem que viver pensando na sua região, ou a região cresce, ou está fadada. Não adianta o município pensar em crescer porque num futuro bem próximo ele vai estar com essa qualidade de vida comprometida para a população.

Foi colocado pelo Deputado Humberto Bosaipo que só tem recursos Secretários poderosos. Felizmente, isso não é uma verdade. Se nós pegarmos um daqueles quadros que eu apresentei aqui, nós temos a primeira, que é constitucional, que é educação; a segunda, que é constitucional, é a saúde; e a terceira, que é a segurança pública. A prioridade da segurança pública não é porque é um Promotor, porque é Célio, mas porque a sociedade mato-grossense diz que a sua prioridade é segurança pública. Todo ano nós fazemos pesquisa e a prioridade é segurança pública. No dia em que ela deixar de ser prioridade, Coronel, aí nós vamos repassar recursos para outros setores, mas hoje é a sociedade mato-grossense que continua dizendo que a primeira prioridade é a segurança pública.

Nós temos educação, que ele está dizendo que é pouco. Nós temos educação, saúde, segurança e infra-estrutura. Infra-estrutura é necessidade do Estado. O nosso Estado, graças a Deus, é o Estado do agronegócio. Ele precisa. Nós temos que exportar nossos produtos. Nós temos que retirar nossos produtos, seja para troca interna, dentro do Estado, seja para exportação. Então, por isso há necessidade de atendermos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Nós temos lá o FETHAB... E é mérito do Governador, com os Srs. Deputados, de fazer com que hoje essa desigualdade que temos em nível de Brasil, Deputado Riva, e todo mundo... O Secretário Waldir está, neste momento, em Foz do Iguaçu, reunido no CONFAZ. E o CONFAZ está em uma briga tremenda com os Secretários de Fazenda do Centro-Oeste, que quer acabar com os incentivos. Quer levar todos os incentivos, o Secretário Furlan sabe muito bem disso, para serem aprovados pelo CONFAZ. E isso é muito ruim para Mato Grosso. O Secretário Waldir está trancando a pauta do CONFAZ.

Então, quando vocês conseguiram passar aquele índice do FETHAB, era uma forma que tínhamos de fazer com que os recursos fossem melhor investidos no Estado. Porque, se não ocorresse aquilo com o FETHAB, com o Fundo de Cultura, com todos os Fundos que temos, nós estaríamos hoje pagando mais dívida, com menos investimento no Estado. É uma forma que nós estamos buscando. E não é somente Mato Grosso. Todos os Estados fazem a mesma coisa.

Nós estamos nessa discussão. O Governador esteve na reunião dos dez Estados produtores com o Governo Federal para tratar da Lei Kandir. Mato Grosso recebe hoje 1/3 do que ele deveria receber, Deputado João Malheiros. Por quê? Porque quem mais vai perder, se recompor os números, os índices, para atender a Lei Kandir, será São Paulo.

Acabei de falar aqui para o pessoal que nós temos oito Deputados Federais. Eu não sei quantos têm São Paulo. Eu sei que Paraná tem 27 Deputados Federais. Imaginem, São Paulo, 70 Deputados Federais? Por isso, é difícil essa discussão.

Quando o Governador chegou de Brasília contente, não foi que ele resolveu o problema. Ele falou que pela primeira vez o Governo Federal aceitou discutir esse assunto. Não significa que vai resolver, mas pelo menos houve boa vontade.

A prioridade do Governador Blairo Maggi, isso ele tem colocado... Ele colocou com todas as letras no Dia do Servidor Público: “Quando eu cheguei no Governo, eu achava que a máquina era totalmente emperrada e que eu tinha que trazer todo mundo de fora. E hoje, eu reconheço que se não fossem os técnicos, os servidores públicos, nós não avançaríamos tanto como avançamos”. Por quê? Porque é o técnico que faz o levantamento, que tem a história do acontecimento. Então, o Governador tem colocado, ele não fica só no discurso.

Tudo que pudemos fazer... Eu tenho aqui o excesso de arrecadação da Fonte 100, Presidente Riva, deste ano, que está em 229 milhões. Desses 229 milhões, foi exatamente aquilo que Minas Gerais trouxe como inédito. Eles aprovaram um orçamento negativo. O que é o orçamento negativo de Minas Gerais? Foi o que os Srs. Deputados aprovaram na Assembléia Legislativa, 59 milhões de excesso, se ocorrer. Então, nós poderíamos ter feito o inverso, colocar os 59 milhões a mais no orçamento. Então, seria um orçamento negativo. Foi exatamente o que Mato Grosso fez. Aí Minas Gerais está dizendo que só eles fizeram no Brasil. E não, Mato Grosso também fez com os 59 milhões para os Poderes.

Aí, nós temos, para pessoal, a folha de pagamento tem cento e vinte milhões a mais do que estava previsto para este ano. Foram cento e vinte milhões a mais. Então, essa prioridade existe. Hoje, não dá para estabelecermos números, índices de reajustes salariais para o ano que vem para ninguém.

O Governador tem alertado, não só como Governador, mas como um homem do agronegócio, que existe uma possibilidade complicada em relação à questão da soja, da supersafra nos Estados Unidos, algo em torno de 35%. Aí o pessoal já veio com uma notícia alvissareira: chegou a ferrugem asiática nos Estados Unidos este ano. Só que chegou agora, lá já está nevando. Então, não vai causar grandes estragos lá. Também, nós vamos ficar torcendo para que eles quebrem a cara para que a gente cresça? Na verdade, nós torcemos e pedimos a Deus que as condições

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

climáticas do Estado não sejam iguais ao que ocorreu este ano, na época da colheita, e que nós, realmente, consigamos continuar crescendo na produção e na produtividade, como Mato Grosso tem feito nos últimos anos. Esse levantamento que apresentamos, essa estatística do crescimento do Estado foi importante, porque se pegarmos os últimos dez anos, Presidente Ezequiel, o Estado veio crescendo com segurança.

No ano passado, o Estado de Mato Grosso do Sul, Deputado Carlos Brito, cresceu mais que Mato Grosso, aliás, em 2001, só que ele foi e caiu de novo, enquanto Mato Grosso, ano a ano, vem numa constante. Isso é importante para o setor produtivo. O empresário que vem investir procura o que vem acontecendo nos últimos dez anos para ele fazer uma projeção do futuro. E aí ele sente segurança. Por isso nós conseguimos hoje atrair tantas empresas, porque Mato Grosso prova que é o Estado que cresce e que hoje tem à frente um Governador que tem uma característica muito diferente.

Eu sou um dos poucos Secretários, nós somos três, que já tinha ocupado cargo público em outros Governos. Todos aqui me conhecem. Eu sinto um orgulho muito grande, um prazer muito grande, uma admiração muito grande por esse Governador, porque é uma pessoa que, primeiro, respeita cada um de nós, cada um dos Secretários, na discussão; segundo, vê o Estado como um todo, cobra muito de nós, nos dá muita responsabilidade, mas cobra bastante. E tem que ser assim. Então, as coisas aconteceram.

Se formos pautar neste momento tudo o que aconteceu de positivo, nós temos que lembrar da habitação, que há 20 anos não se construía uma casa aqui em Mato Grosso, temos que lembrar o maior programa de asfaltamento do Brasil, não é de Mato Grosso, não. Mato Grosso fez mais que todos os Estados da Nação juntos, somando Governadores e Governo Federal. Quer dizer, essas coisas estão acontecendo. Só quem não quer, ou quem não mora em Mato Grosso, não consegue ver.

Então, quero agradecer a oportunidade e me colocar à disposição, não só nesta audiência, Deputado Riva, mas colocar à disposição a Secretaria de Planejamento, para que possamos estar construindo esse processo de buscar dar qualidade de vida para a população mato-grossense.

Desculpe-me todos por termos avançado. Os outros Secretários iriam falar, mas todos me passaram seus tempos, por isso pude falar um pouco mais que os outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Achei que o Secretário Yênes Magalhães tinha levado a sério as duas horas.

A palavra estava aberta, mas não houve nenhum inscrito.

Quero aqui fazer um agradecimento e queria, Sr. Secretário, fazer uma proposta concreta, porque eu sinto que é o sentimento da maioria dos Deputados...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

Eu vou conceder um minuto à Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - A minha preocupação, Sr. Presidente, é a seguinte: Foi anunciado pelo Governador, em vários eventos que ele participou, pelo interior do Estado, na imprensa, de que os Deputados poderiam apresentar individualmente suas emendas, inclusive definindo local onde seriam aplicadas.

Eu mesma preparei, fiz um trabalho em cima do orçamento sobre isso e agora tenho uma informação de que não vai ser dessa forma.

Inclusive, quero aqui protestar, porque se houve uma reunião da Bancada de Sustentação para mudar a forma de distribuição e não me comunicou... Eu sou Deputada Estadual, e

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

tinha o direito de receber essa informação como qualquer outro Deputado. Que fosse reunião de Bancada, mas que fosse democraticamente informada a mim o novo procedimento. Então, eu gostaria de saber como vai ficar. Porque eu vou cobrar esse 1 milhão e 500, que é pouco. E acho que deveríamos, no mínimo, ter 5 milhões, no mínimo, para poder indicar. Daria cento e poucos milhões. Não é isso? Pouco. Não é nem o que foi regionalizado. Foram regionalizados 202. E acho que temos 5 bilhões para distribuir, até poderíamos melhorar o caráter do orçamento.

Então, quero saber como vai ser. Porque eu quero ser respeitada como Deputada Estadual. Fui eleita. Tive votos. Independente do que pensa o Governo de mim ou deixa de pensar, mas quero que seja cumprido aquilo que foi divulgado. Porque senão vai ficar parecendo para a população que nós não estamos fazendo nada. “Olha, vocês poderiam indicar, e não indicaram nada. O que vocês estão fazendo aí?” E aí quem vai ser cobrado somos nós. Então, é isso que me preocupa. O Governo divulga, informa. Todo mundo fica procurando. Manda documento. Chega na hora, não executa. Eu acho isso desrespeitoso conosco.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Gostaria - não estou autorizado pelo Governo, mas eu quero falar um pouco sobre isso.

Primeiro, que eu achei extremamente ruim essas Emendas, e dispensei as minhas.

Eu e o Deputado Alencar Soares fizemos um ofício em conjunto e dissemos que não queremos ficar com essas Emendas, porque no ano que passou, a maioria dos Deputados que está aqui, indicou muito mais obras do que isso. Todos, indistintamente.

Inclusive, o Deputado Zé Carlos do Pátio, que é Oposição, Deputada Verinha Araújo, que eu não classifico Vossa Excelência como Oposição, porque Vossa Excelência vota muitas Mensagens do Governo, qualquer Deputado aqui indicou mais. Eu não vou falar o montante que indiquei senão vai causar briga aqui, mas eu indiquei. Eu indiquei muito e têm muitos aqui que indicaram. É verdade.

Se pegarmos a minha região, municípios da região Noroeste, Norte – e eu tenho uma militância em quase todo o Estado. Então, eu disse ao Governador: Quero continuar tendo só o tratamento que estou tendo, de chegar no Secretário do Estado, discutir os problemas da região e pedir o apoio do Secretário para executar as obras. E, garanto que vou ter mais do que um e meio, muito mais. E qualquer um aqui vai ter mais que um e meio se não tiver emenda. Mas, como se definiu o critério da emenda, o Governo colocou uma regra que ele está correto. Vai dar o recurso onde tem. E onde tem o recurso? Na Infra-Estrutura, que tem recurso do FETHAB, que vai ter trinta milhões.

E, aí, Deputada, Vossa Excelência tem direito de um, vinte e quatro avos, desses trinta milhões indicar em obras. Aí, na Educação, três milhões, na Saúde, três milhões, também um, vinte e quatro avos. Não é como eu queria, não é como talvez Vossa Excelência queira, talvez não seja como o Deputado Carlos Brito queira, mas foi o decidido do colegiado que estava presente. E o colegiado que estava presente – é natural – era a Bancada do Governo, que acabou decidindo por todos. Mas eu acho que a Bancada do Governo teria que ter, pelo menos, esse privilégio, de decidir por aqueles que nos dão trabalho lá. E eu acho que isso é coerente!

Então, Deputado, eu acho que o Governador foi extremamente coerente conosco, e já estou dizendo aqui para todos os Secretários, eu não tenho emenda. Eu e o Deputado Alencar Soares dispensamos e vou continuar fazendo o trabalho que faço, de ir na Secretaria levar o Prefeito, pedir, insistir. Eu acho que é muito mais vantajoso para mim. Isso é uma adesão pessoal de cada um, mas a minha é essa.

Eu queria informar a todos que teremos duas Audiências Públicas na segunda-feira e, não tendo chegado a um acordo de horário, a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Zé Carlos

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

do Pátio, nós teremos às 14:00 horas a Audiência Pública da Deputada Verinha Araújo, que vai discutir as Mensagens nºs 103, 105, 107 e 123, no Plenário Oscar Soares. Nós liberamos o Plenário Oscar Soares. E, para liberar o Plenário, precisa de uma consulta aos líderes, tomei a liberdade, vou pedir aos meus colegas que compreendam, que temos um conflito aqui.

Então, nós vamos utilizar o Plenário Oscar Soares para essa Audiência Pública, e, às 14:00 horas - a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Zé Carlos do Pátio andam juntos até nisso - a Audiência Pública do Deputado Zé Carlos do Pátio, para discutir a Previdência, no Auditório Milton Figueiredo, e mais a Mensagem nº 125.

Hoje nós teremos Sessão às 14:00 horas. Só para ter uma idéia, nós ainda temos aqui entre discussão de constitucionalidade de mérito e de redação final, trinta e uma Mensagens.

Tem gente que critica o Governo, mas eu vejo isso por um outro lado. Eu acho que o Governo tem acionado o Legislativo para todos os assuntos, tem evitado governar por decreto, como muitos fazem. Então, eu acho isso até muito bom para a Assembléia e para a sociedade de um modo geral, porque nós temos Mensagem que está lá há 90 dias, está esperando um consenso entre categorias, entre setores. Essas mensagens, por exemplo, que a Deputada Verinha Araújo pediu audiência pública, elas estão suspensas da pauta de votação até a realização da Audiência pública.

Eu gostaria de deixar uma proposta concreta aqui. Eu vi que o Deputado Carlão Nascimento é simpático a essa proposta, da estadualização neste ano, Deputado Carlão Nascimento, desregionalizar aquilo que está regionalizado, porque se não vai regionalizar a infra-estrutura, a segurança, quer dizer, eu acho que se desregionalizássemos todo orçamento, incluíssemos isso na lei que obrigasse o Governador nos apresentar um quadro para que a Assembléia Legislativa homologasse de investimentos até trinta de janeiro, por exemplo, Secretário, acho que seria uma boa saída para todos disputarem em pé de igualdade os recursos que aí estão, porque se regionalizar parte, não regionalizar outro, dá um entendimento que alguma região está sendo melhor contemplada do que a outra.

Esta é uma proposta que eu gostaria de deixar para o Secretário discutir com sua equipe, vou discutir no Colégio de Líderes, especialmente, com as comissões esta proposta. Entendo, realmente, que o que falta é comunicação, não é entre a Assembléia Legislativa e o Estado, aí eu quero dizer que está existindo um excesso de comunicação. Nós somos convidados para tudo, os Deputados foram convidados para todos os fóruns, todas reuniões, todos os debates, desculpem-me aqui, nós temos um certo relaxo, tem Deputado que não vai mesmo, aí depois ele faz o discurso. Mas tem uma maioria que não vai. Não é o caso do Deputado Humberto Bosaipo, porque no grupo de trabalho da Educação esteve em todas, estou deixando bem claro para não parecer - na ausência dele que tinha um compromisso no Tribunal de Contas - com ele.

A verdade é que os compromissos na Assembléia Legislativa são muitos, reuniões e audiências o dia todo, às vezes, passa despercebido.

O que falta é comunicação, Secretário, aí nós queríamos um aprimoramento disso, é entre o PPA, LDO e o Orçamento. Existe uma desconexão nessas três peças orçamentárias do planejamento público e hoje ele não culpa Vossa Excelência, e acho que o Estado é muito dinâmico, mas pelo menos, nós poderíamos estudar, por exemplo, vai apresentar um orçamento da LDO, apresenta antes a proposta de alteração da LDO. Vai apresentar uma proposta na LDO diferente do PPA, apresenta antes da alteração do PPA para a Assembléia Legislativa apreciar.

Esta é a proposta que eu gostaria de deixar. Quero agradecer Vossa Excelência pela paciência reportando, aliás, Vossa Excelência sempre se colocou à disposição da Assembléia Legislativa; agradecer a todos que aqui estão e dizer que não encerra aqui, esta Audiência Pública,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO DE 2005, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

com certeza, virão muitos desdobramentos, os Deputados vão debruçar sobre esta proposta. Se não der para ser apreciado dia 15, não se incomodem. Nós podemos estender essa discussão.

Eu queria perguntar ao professor Júlio César se contempla audiência dessa forma? Haverá duas ao mesmo tempo, mas, nós não achamos outra saída. Não conseguimos convencer nem o Deputado Zé Carlos do Pátio, nem a Deputada Verinha Araújo, porque já tinham feito compromisso no mesmo horário. E eu acho justo que façam as duas no mesmo horário e em locais diferentes.

Então, eu quero agradecer e deixar o convite para que os Secretários que aqui estão, nessa reta final, nos auxiliem lá. Nós temos muitas Mensagens que dependem de debate, de discussão.

O Governador Blairo Maggi tem sido muito democrático nesse aspecto enviado Secretário à Assembléia Legislativa para debater. Eu gostaria que continuasse assim até o dia 15 para tentarmos limpar a pauta, Secretário Joaquim Sucena.

Eu quero agradecer Vossa Excelência e em seu nome agradeço todos os Secretários presentes; todos os Deputados.

Antes de encerrar a presente audiência pública, quero dizer que quem quiser dar alguma sugestão sobre o Orçamento, pode se dirigir à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, ao Deputado Carlão Nascimento, porque eu tenho certeza que ele irá receber, independentemente de ter se apresentado aqui, na audiência pública.

Muito obrigado a todos!

Dou por encerrada esta Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques da Silva;
  - Ila de Castilho Varjão.